



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE LETRAS BACHARELADO

ANA CECILYA PORTO VIEIRA

**UMA ANÁLISE CRÍTICO-DISCURSIVA DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE
IMIGRANTES NO DISCURSO DO GOVERNO TRUMP**

Recife

2025

ANA CECILYA PORTO VIEIRA

**UMA ANÁLISE CRÍTICO-DISCURSIVA DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE
IMIGRANTES NO DISCURSO DO GOVERNO TRUMP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Letras Bacharelado da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de monografia, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Lima do Bonfim

Recife

2025

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE**

Vieira, Ana Cecilya Porto.

Uma análise crítico-discursiva da construção da identidade de imigrantes no discurso do governo Trump / Ana Cecilya Porto Vieira. - Recife, 2025.

55 p., tab.

Orientador(a): Marco Antonio Lima do Bonfim

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Letras - Bacharelado, 2025.

Inclui referências.

1. Análise de discurso crítica. 2. Identidade social de imigrantes. 3. Estados Unidos. 4. Discurso político. 5. Donald Trump. I. Bonfim, Marco Antonio Lima do. (Orientação). II. Título.

410 CDD (22.ed.)

ANA CECILYA PORTO VIEIRA

**UMA ANÁLISE CRÍTICO-DISCURSIVA DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE
IMIGRANTES NO DISCURSO DO GOVERNO TRUMP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Letras da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de monografia, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Letras.

Aprovada em: XX/XX/20XX

BANCA EXAMINADORA

Profº. Drº. Marco Antonio Lima do Bonfim (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª. Drª. Alexcina Oliveira Cirne (Examinador Externo)
Universidade Católica de Pernambuco

Profª. Drª. Tayana Dias de Menezes (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Aos meus pais, Simone e Antônio,
minhas razões para continuar firme.

AGRADECIMENTOS

Meu hino favorito do *Cantor Cristão* diz: “Nem anjos podem expressar / a minha eterna gratidão / tudo que sou e o que vier a ser / eu ofereço a Deus”. É com esse sentimento que afirmo que toda a minha jornada acadêmica só foi possível graças ao Senhor, que permitiu e esteve comigo durante todo o caminho. Sou profundamente grata a Deus pela oportunidade de cursar uma graduação, por ter tido condições de chegar até aqui e pelas pessoas que Ele colocou na minha vida ao longo deste período, tornando essa caminhada mais leve e especial. A trajetória acadêmica não é fácil e, por vezes, pode parecer bastante solitária. No entanto, esta, em especial, foi tecida com apoio, cuidado e partilhas que merecem ser reconhecidos. Agradeço a vocês, que se tornaram tão especiais na minha vida e dividiram essa jornada comigo: Bianca, Camila, Raissa, Raquel, Vitória e Kaylane.

Dividir essa experiência com vocês foi o que a tornou mais leve, mais rica e mais significativa. A nossa amizade me fascina e me encanta pela forma tão natural como aconteceu. Acredito profundamente que ela se sustenta nas escolhas que fazemos: permanecer apesar das dificuldades, resolver os conflitos, compartilhar as tristezas e celebrar as alegrias. Agradeço pelo companheirismo, por todo o incentivo, pelas conversas, risadas, choros, playlists, abraços e pelos valiosos conselhos compartilhados no Aquarela. Vou sentir saudades de compartilhar a vida com vocês. Tenham certeza de que, nessa próxima fase, estarei torcendo – mesmo que de longe – por cada uma. Que vocês alcancem tudo o que desejam. E, porque tive o privilégio de acompanhar o amadurecimento de muitos desses sonhos e planos, posso afirmar: tudo o que conquistarem ainda será pouco diante do que vocês merecem. Muito obrigada. Amo vocês, queridas!.

Agradeço também ao Prof. Dr. Tiago Breunig, cuja disciplina despertou em mim o interesse pelos estudos culturais e desempenhou um papel importante na minha trajetória acadêmica. Foi também em suas aulas que me aproximei das amigas que estiveram comigo ao longo desta jornada, o que torna essa experiência ainda mais especial. Sou grata por sua disposição constante em ajudar, orientar e incentivar, contribuindo de forma marcante para meu percurso.

Agradeço às professoras Alexcina Cirne e Tayana Menezes por comporem a banca examinadora desta monografia, pela disponibilidade, pela leitura cuidadosa e pelas contribuições que certamente enriquecerão este trabalho e a minha formação acadêmica.

Sou grata ao Prof. Dr. Marco Bonfim pela orientação e pelo acompanhamento atento da minha trajetória, bem como pelas oportunidades de pesquisa e de aprofundamento

acadêmico que me foram oferecidas. Agradeço sua dedicação, por seu compromisso com o desenvolvimento deste trabalho e por ter sido um orientador verdadeiramente atento ao processo.

Por fim, e mais importante, agradeço a minha família. Aos meus pais, que sempre me apoiaram e me ajudaram nos momentos mais difíceis. Natália e Giselle, minhas irmãs, se eu não desisti no começo do curso foi graças a vocês! Muito obrigada por me ajudarem naquele momento, e por estarem sempre comigo. Muito obrigada pelo cuidado e preocupação e, principalmente, por me lembrarem de descansar! Agradeço a vocês, meus amores, porque mesmo frente a tudo que aconteceu nesses anos, continuamos unidos e firmes na rocha que é Cristo! Muito obrigada.

“O que é feito de nós senão
as palavras que nos fazem?”

(Pina, 2013, p. 12)

RESUMO

A presente monografia teve como objetivo geral analisar a construção de identidades imigrantes no discurso oficial do presidente dos Estados Unidos, Donald J. Trump. Especificamente, buscamos identificar os modos de operação da ideologia bem como as estratégias de construção simbólica presentes nos discursos oficiais do referido governo a fim de problematizar as representações estereotipadas de pessoas imigrantes. Partindo do pressuposto de que a linguagem não apenas reflete mas constrói a realidade social, investigamos como os discursos políticos por meio de colocações estratégicas que situam os imigrantes como ameaça à identidade nacional, à economia e à soberania do país e dessa forma (re)produzem identidades para pessoas imigrantes, especialmente no contexto de políticas migratórias restritivas e narrativas excludentes. Fundamentada na Análise de Discurso Crítica formulada por Norman Fairclough (2003, 2016), e nos estudos de Teun Van Dijk (2005), a pesquisa dialoga também com os Estudos Culturais e Pós-coloniais, a partir das contribuições de autores como Stuart Hall (2006) e Edward Said (2007). Em termos de metodologia, a investigação foi de natureza qualitativa (Gil, 2002) e interpretativa seguindo o enquadre metodológico e categorias analíticas propostas por Fairclough (2003): significado acional, significado representacional e significado identificacional. O corpus foi composto por declarações do atual presidente disponíveis no site oficial da Casa Branca, foram selecionados três discursos correspondentes ao mandato presidencial atual e proferidos em contexto de anúncio ou defesa de políticas migratórias. Diante da análise crítica concluímos que há uma necessidade de se compreender os efeitos das representações produzidas pelo Estado. A análise evidenciou que a retórica de securitização adotada por Trump constrói fronteiras simbólicas, legitimando políticas excludentes e naturalizando ideologias implícitas. Revelando, assim, o papel central da linguagem na manutenção das relações de poder e na construção de imaginários sociais que afetam diretamente os sujeitos imigrantes.

Palavras-chave: Análise de discurso crítica; identidade social de imigrantes; Estados Unidos; discurso político; Donald Trump.

ABSTRACT

The general objective of this monograph was to analyze the construction of immigrant identities in the official discourse of the United States president, Donald J. Trump. Specifically, we sought to identify the modes of operation of ideology, as well as the strategies of symbolic construction presented in the official speeches of said administration, in order to problematize the stereotypical representations of immigrants. Starting from the premise that language not only reflects but also constructs social reality, we investigated how political discourses, through strategic positions that situate immigrants as a threat to national identity, the economy, and the sovereignty of the country, (re)produce identities for immigrants, especially in the context of restrictive immigration policies and exclusionary narratives. Based on the Critical Discourse Analysis formulated by Norman Fairclough (2003, 2016), and on the studies of Teun Van Dijk (2005), this research also engages with Cultural and Postcolonial Studies, drawing on the contributions of authors such as Stuart Hall (2006) and Edward Said (2007). Methodologically, the investigation was qualitative (Gil, 2002) and interpretative in nature, following the methodological framework and analytical categories proposed by Fairclough (2003): actional meaning, representational meaning, and identificational meaning. The corpus consisted of statements from the current president available on the official White House website; three speeches corresponding to the current presidential term and delivered in the context of announcing or defending immigration policies were selected. Through critical analysis, we conclude that there is a need to understand the effects of representations produced by the State. The analysis revealed that the securitization rhetoric adopted by Trump constructs symbolic borders, legitimizing exclusionary policies and naturalizing implicit ideologies. This reveals the central role of language in maintaining power relations and constructing social imaginaries that directly affect immigrant subjects.

Keywords: Critical discourse analysis; social identity of immigrants; United States; political discourse; Donald Trump.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Semelhanças e diferenças entre a Lei e a Proclamação	42
Tabela 2 –	Representações presentes no discurso	45
Tabela 3 –	Representação dos atores sociais	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC	Análise de Discurso Crítica
AD	Análise do Discurso
EUA	Estados Unidos da América
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i>
INA	<i>Immigration and Nationality Act</i>
MAGA	<i>Make America Great Again</i>
LSF	Linguística Sistêmico Funcional
TdA	<i>Tren de Aragua</i>
USBP	<i>United State Border Patrol</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS, DISCURSO POLÍTICO E IMIGRAÇÃO.....	20
2.1	IDENTIDADE, PODER E LUTA CONTRA ESTEREÓTIPOS	20
2.2	DISCURSO POLÍTICO E IMIGRAÇÃO.....	25
3	A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA.....	30
3.1	A CONSTITUIÇÃO DA ADC.....	30
3.2	A ABORDAGEM DE NORMAN FAIRCLOUGH: DISCURSO, PODER E IDEOLOGIA.....	31
3.3	DISCURSO COMO GÊNEROS, COMO DISCURSOS E ESTILOS: A REFORMULAÇÃO DA ADC FAIRCLOUGHIANA.....	35
3.3.1	Metodologia de análise.....	
4	DISCURSO E A PRODUÇÃO DE IDENTIDADES IMIGRANTES NOS ESTADOS UNIDOS.....	41
4.1	ANÁLISE DA CONJUNTURA.....	41
4.2	LEI DOS INIMIGOS ESTRANGEIROS.....	43
4.3	RESTRIÇÃO DE ENTRADA DE ESTRANGEIROS.....	45
4.4	A PATRULHA DA FRONTEIRA DOS EUA.....	49
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
	REFERÊNCIAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

As políticas imigratórias ocupam uma posição central no cenário político contemporâneo, especialmente em frente ao crescimento de discursos nacionalistas, securitários e excludentes. Essas políticas referem-se ao conjunto de normas, leis e ações adotadas pelos Estados para regular a entrada, a permanência e a saída de imigrantes em seu território. Envolvendo aspectos legais, administrativos e institucionais, sendo influenciadas por fatores econômicos, sociais, históricos e políticos. Além disso, elas variam de acordo com o contexto de cada país e período, refletindo diferentes entendimentos sobre soberania, cidadania e gestão dos fluxos migratórios.

Nos Estados Unidos, a imigração vem sendo frequentemente evocada como símbolo do ideal democrático do “*American Dream*”¹, no entanto, essa promessa entra em contradição com os discursos e práticas políticas que visam restringir e criminalizar a entrada e permanência de imigrantes no país, tratando-os como ameaça à segurança nacional e aos valores culturais. Nesse contexto, os discursos oficiais emitidos pelo atual governo de Donald Trump constituem um espaço amplo para observações das representações construídas das identidades imigrantes.

Ao longo de seus mandatos e campanhas (2017-2021; 2025-atual), Trump adotou uma retórica abertamente anti-imigratória, na qual o imigrante – especialmente latino-americano, árabe ou africano – é recorrentemente associado à criminalidade, ameaça econômica e desordem social. Tais discursos operam como práticas de poder que não apenas refletem as posições políticas, mas também produzem identidades sociais e preconceitos. Essa retórica nacionalista vem crescendo desde o início de sua segunda campanha eleitoral, Trump, sustentado pelo seu *slogan* “*Make America Great Again*”², que viria a tornar-se, posteriormente, um movimento de extrema-direita, fez promessas de deportações em massa e mais rigidez nas políticas imigratórias. Essas promessas foram feitas sob o fundamento de “tornar a América grande novamente”, e imediatamente situando as pessoas imigrantes numa posição pouco favorecida frente à aprovação e adesão, quase devota, que os apoiadores deram ao plano de governo proposto.

Dessa forma, a presente pesquisa teve como objetivo analisar a construção de identidades imigrantes pelo discurso oficial de Donald Trump. Especificamente, buscamos

¹O “Sonho Americano” é uma crença nacional dos Estados Unidos proveniente da obra *The Epic of America* (1931), de James Truslow Adams. Tal crença promete oportunidades iguais e ascensão social para todos que se dispuserem a trabalhar arduamente, independente de sua classe social ou circunstâncias de nascimento.

² Tradução: “Tornar a América Grande Novamente”.

identificar os modos de operação da ideologia bem como as estratégias de construção simbólica presentes nos discursos oficiais da referida administração a fim de problematizar as representações estereotipadas de pessoas imigrantes. Utilizamos como *corpus* discursos provenientes do site oficial do governo estadunidense (The White House), focando nos textos que tratam especificamente de políticas migratórias. A análise fundamentou-se na Análise de Discurso Crítica (ADC), por entendermos que a linguagem não apenas reflete a realidade social, mas atua sobre ela, moldando relações de poder, identidades e práticas sociais (Fairclough, 2001), ou seja, os discursos políticos que foram investigados não apenas “dizem”, mas fazem, constroem fronteiras simbólicas, legitimam exclusões e afetam a realidade social. Também dialogamos com os estudos de Stuart Hall (2006) e Kathryn Woodward (2014) sobre identidade cultural e representação, conjuntamente ao estudo de Edward Said (2007) para embasar a discussão sobre os mecanismos de construção do “outro”; além das contribuições de Thompson (2011) sobre os processos ideológicos presentes nos discursos.

Ao examinar discursos provenientes de fontes oficiais do governo, pretende-se apresentar as estratégias discursivas utilizadas para a construção da imagem do imigrante, ora como ameaça, ora como sujeito vulnerável, e, assim, revelar as contradições entre essas representações e o ideal do “Sonho Americano”. Dessa forma, busca-se não apenas descrever os mecanismos de construção discursiva das identidades imigrantes, mas também refletir criticamente sobre os efeitos sociais e políticos dessas práticas no fortalecimento de discursos excludentes e nacionalistas que, consequentemente, consolidam as relações de poder.

Partindo de uma realidade prática – o uso do discurso institucional como instrumento político e considerando a utilização da linguagem como forma de legitimar e reforçar políticas e ideologias nacionalistas –, essa pesquisa tem como problema central a seguinte pergunta: *quais estratégias discursivas são utilizadas nos pronunciamentos oficiais do governo Trump para representar e, consequentemente, construir a identidade dos sujeitos imigrantes e quais são os efeitos de sentido desses discursos na consolidação de uma política anti-imigratória nos Estados Unidos?* Com base nessa questão norteadora, temos a hipótese de que o discurso oficial do atual presidente estadunidense constrói identidades imigrantes por meio do uso de gêneros discursivos como estratégias políticas para representar e identificar (Fairclough, 2003) os sujeitos imigrantes, os associando a ameaças sociais, culturais e econômicas.

Com base no que foi exposto, e tendo em vista a importância da construção de identidades para o presente estudo, utilizamos a noção de identidade³ como uma construção discursiva relacional, conforme proposto por Hall (2006, p. 38),

a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”.

Para o autor, a identidade do sujeito imigrante é construída de forma deslocada do ideal do cidadão americano, sendo reconstruída a partir de narrativas históricas e práticas discursivas (Hall, 2006). Ao investigarmos o discurso de Trump, observa-se a produção de uma identidade imigrante essencializada, frequentemente associada à desordem, à ameaça e à desintegração do ideal do “Sonho Americano”.

Utilizamos como fundamentação a ADC, uma abordagem interdisciplinar que examina as relações entre linguagem, poder e ideologia, enfocando como estruturas linguísticas e nomeações estratégicas moldam e são moldadas por práticas sociais. De acordo com Rajagopalan (2000, p. 19), essa teoria propõe estudar “o modo como o abuso do poder social, a dominância e a desigualdade são postos em prática, e igualmente o modo como são reproduzidos e o modo como se lhes resiste, pelo texto e pela fala, no contexto social e político”. Dessa forma, a ADC busca revelar os mecanismos ideológicos que operam por meio da linguagem. É relevante destacar que a análise feita nessa abordagem não se limita ao texto, mas considera também o contexto, as relações entre texto e fala e os processos de compreensão, podendo, desse modo, esclarecer como o discurso político contribui para a naturalização e reforço de ideologias. Para Fairclough (2003), os textos são simultaneamente formas de representação, de ação e de construção de identidades, conceitos fundamentais para compreender os discursos políticos enquanto práticas que constroem e regulam o social.

Mobilizamos para a análise do *corpus* as três categorias analíticas propostas pela ADC (Fairclough, 2003): o significado acional que têm o foco em observar o discurso como um gênero por onde ocorrem as ações sociais; o significado representacional, utilizado para expor a maneira como os imigrantes são simbolicamente construídos nos discursos, além de perceber os elementos do evento social analisado que podem estar incluídos ou excluídos do

³ “a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”” (Hall, 2003, p. 38).

discurso; e, a partir dessa representação, observamos, com base no significado identificacional, quais são os estilos perceptíveis nos discursos, ou seja, como funciona a produção de identidades sociais e estilos de ser atribuídos aos imigrantes e ao ‘nós’ nacional. Além desses conceitos, utilizamos a formulação de Thompson (2011), acerca das estratégias e modos de operação da ideologia: legitimação, dissimulação e fragmentação, com o objetivo de esclarecer modos de operação da ideologia nos discursos políticos.

Nessa perspectiva, o conceito de representação encontra aprofundamento em Said (2007) que apresenta como, ao longo da história, o Ocidente – racional, moderno e civilizado – construiu representações do Oriente – exótico, atrasado e perigoso. Essa lógica dicotômica de construção de alteridades é útil para compreendermos como o atual governo estadunidense utiliza o discurso como ferramenta de guerra simbólica, fazendo uso de nomeações estratégicas e categorias como “terrorismo” e “Estados delinquentes” para justificar as representações que naturalizam a exclusão e a violência institucional (Ferreira, 2005). A repetição desses termos para embasar a defesa de um discurso político, revela a ideologia que controla tal discurso (Van Dijk, 2005), consolidando, assim, estereótipos que sustentam práticas excludentes.

Dessa forma, consideramos os estereótipos como construções simbólicas simplificadas e generalizantes atribuídas a determinados grupos sociais, operando a partir da repetição de características fixas, muitas vezes desconsiderando a diversidade interna desses grupos. Enquanto forma de representação, os estereótipos contribuem para a produção de sentidos socialmente compartilhados, influenciando percepções, expectativas e formas de interpretação sobre sujeitos e identidades em diferentes contextos sociais.

Nesse cenário, analisar os discursos oficiais do presidente Donald Trump, com base nos estudos da ADC, permite-nos compreender como o poder político se articula à linguagem na construção de fronteiras simbólicas, de identidades sociais e na reafirmação de estruturas hegemônicas de poder. A escolha de realizar a coleta de dados nos sites do governo se alinha aos estudos da teoria base da pesquisa que, em sua maioria, utiliza de textos escritos e publicados em veículos de comunicação.

A importância desta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender os efeitos discursivos das representações produzidas pelo Estado, que operam não apenas na regulamentação de políticas públicas, mas também na reprodução de estímulos sociais e na legitimação de práticas de exclusão. Além disso, a escolha deste tema decorre tanto de meu interesse pessoal pela temática migratória quanto do desejo de contribuir para a ampliação de pesquisas que utilizam a ADC na investigação de discursos políticos. Trata-se de um assunto

atual e de grande relevância social, mas ainda pouco explorado no âmbito acadêmico, especialmente no que diz respeito às dinâmicas discursivas que moldam percepções sobre a imigração. Ademais, esta monografia busca fortalecer o conjunto de pesquisas desenvolvidas no curso de Letras – Bacharelado, evidenciando a importância de análises linguísticas que dialoguem com questões sociopolíticas contemporâneas e ampliem o escopo investigativo da área. A pesquisa dialoga com campos da Linguística Aplicada, dos Estudos Discursivos, dos Estudos Culturais e das Ciências Sociais, uma vez que se torna visível o papel do discurso institucional na constituição de práticas discriminatórias contra grupos minoritários.

Além disso, escolha por essas abordagens se justifica pelo objetivo de compreender como, discursivamente, ocorrem as construções de identidade dos imigrantes pelo governo Trump e como essas construções são utilizadas estrategicamente para reforçar e manter culturas hegemônicas de dominação. Com base nisso, foi realizada a coleta de dados no site oficial da Casa Branca, com o foco em declarações atuais proferidas em contextos de anúncio ou defesa de políticas migratórias, como discursos presidenciais, ordens executivas, comunicados oficiais e pronunciamentos em coletivas oficiais. O recorte foi de três discursos, com delimitação temporal, com discursos do período de 2024-2025, e por seu conteúdo diretamente relacionado à imigração, com ênfase em como os imigrantes são descritos, classificados ou problematizados. A pesquisa é de natureza qualitativa (Gil, 2002) e interpretativa, buscando descrever e compreender os sentidos construídos no interior dos textos e os efeitos sociais de tais construções discursivas.

Tendo em vista a exposição realizada, a presente pesquisa está dividida em três grandes seções. Na primeira, “Construção de identidades sociais, discurso político e imigração”, discutimos os conceitos básicos sobre a produção e representação das identidades sociais no âmbito estadunidense, logo após, expomos um pouco sobre como o discurso político é construído e influencia as identidades nacionais e consequentemente as representações sobre as pessoas imigrantes. A segunda seção intitulada “A perspectiva da Análise de Discurso Crítica” objetiva realizar uma síntese histórico-metodológica sobre a teoria e apresentar os principais conceitos e abordagens propostas por Norman Fairclough, além de especificar as categorias analíticas que serão utilizadas nesta pesquisa. Para, por fim, na seção, “Discurso e a produção de identidades imigrantes nos Estados Unidos”, explorarmos criticamente os três discursos coletados para análise.

2 CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS, DISCURSO POLÍTICO E IMIGRAÇÃO

O presente capítulo, intitulado “Construção de identidades, discurso político e imigração”, tem como objetivo discutir as formas pelas quais os discursos políticos constroem e sustentam representações sobre a imigração e os sujeitos imigrantes, contribuindo para a produção de identidades sociais marcadas por relações de poder. Inicialmente, apresentaremos algumas considerações sobre a construção das identidades sociais, refletindo sobre a maneira como os discursos participam da constituição dessas identidades e analisando as relações entre identidade, poder e luta contra estereótipos. Em seguida, o capítulo se volta para uma demonstração de como o discurso político acerca da imigração atua socialmente. Posteriormente, realizamos uma breve contextualização histórica da Análise de Discurso Crítica (ADC), apresentando os principais conceitos teóricos que constituem essa abordagem e expondo as categorias analíticas que fundamentaram a análise. Dessa forma, buscamos compreender como o discurso político não apenas representa os imigrantes, mas também atua na legitimação ou contestação de práticas discursivas que reforçam desigualdades e hierarquias sociais.

2.1 IDENTIDADE, PODER E LUTA CONTRA ESTEREÓTIPOS

Nas discussões contemporâneas dos Estudos Culturais, a noção de identidade vem sendo abordada e estudada de forma assídua. Kathryn Woodward (2014, p. 8) afirma que a noção de identidade tende a mudar frente à cenários de turbulências sociais e políticas. A autora aponta que esses períodos tornam-se, posteriormente, uma história sobre a identidade, que adquire “sentidos por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas”, dessa forma, por serem relacionais, as identidades são marcadas por símbolos construídos nas relações sociais.

Considerando esse caráter relacional, as identidades estão numa relação de interdependência com o conceito de diferença (Woodward, 2014; Silva, 2014) que, por serem encontradas em todas as sociedades, são utilizadas pelos sujeitos com o objetivo específico de (re)afirmar uma determinada identidade por meio da evocação da diferença. A diferença aqui é um conceito-chave por estar no centro do debate sobre quais características inserem um sujeito em tal identidade e quais não. Nesse sentido, a afirmação de uma identidade pressupõe uma série de negações identitárias, de forma que, se um sujeito afirma ser de uma

nacionalidade específica, ele está, implicitamente, afirmado não ser de qualquer outra nacionalidade.

Em outras palavras, a afirmação de uma identidade ocorre pois existem outros que não compartilham dessa mesma identidade. Dessa forma, a afirmação parte de uma cadeia de expressões negativas de identidade (de diferenciação). Ao realizar essas distinções, os indivíduos tendem a escolher as características que mais diferem uma identidade da outra, e, dependendo das circunstâncias, algumas diferenças serão consideradas mais relevantes do que outras, como as “alianças improváveis”, que ocorrem devido a interesses mútuos ou ameaças compartilhadas. Por isso, as sociedades, quando estão passando por momentos de conflitos, buscam resgatar uma identidade nacional comum a todos, pois existe uma urgência pela autoafirmação. Dessa forma, Woodward (2014) defende que a insistência da afirmação identitária ocorre de forma histórica e situada, ou seja, os sujeitos estabelecem suas reivindicações por meio do apelo a antecedentes históricos.

A reafirmação da identidade por meio do resgate de um passado histórico está pautada na necessidade de afirmação do presente, e para isto é necessário a evocação do passado idealizado, expondo, assim, a carência de uma identidade nacional. Essa busca pode ser considerada como improdutiva, levando em consideração que a defesa de um passado comum e relacional para toda uma nação, composta por indivíduos de diferentes realidades, pode parecer até mesmo irreal.

Ao defender a primazia de uma só identidade por meio de uma visão essencialista – como um conjunto cristalino, autêntico, inalterável de condições de pertencimento –, outras identidades são situadas em posições desvalorizadas. Como aponta Woodward (2014, p. 13, grifos da autora),

com frequência, a identidade envolve reivindicações *essencialistas* sobre quem pertence e quem não pertence a um determinado grupo identitário, nas quais a identidade é vista como fixa e imutável. Algumas vezes essas reivindicações estão baseadas na natureza; por exemplo, em algumas versões da identidade étnica, na ‘raça’ e nas relações de parentesco. Mais frequentemente, entretanto, essas reivindicações estão baseadas em alguma versão essencialista da história e do passado, na qual a história é construída ou representada como uma verdade imutável.

Esse resgate histórico está intrinsecamente ligado à noção de identificação, que é responsável pelo sentimento de pertencimento, que incluem “práticas de significação e os sistemas simbólicos, por meio dos quais os significados são produzidos [...]. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo

que somos” (Woodward, 2014, p. 17-18). Atualmente, o desenvolvimento global do capitalismo e o aumento do uso das mídias sociais contribuem para a automatização do processo identificacional. Ocorre, então, uma convergência de culturas e estilos de vida, assim, somos passíveis a identificarmo-nos rapidamente com as representações de pessoas, empresas ou ideais que são apresentados superficialmente, deixando que essas representações influenciem nossas vidas e escolhas políticas-sociais, por exemplo.

Entre essas considerações sobre representações e identificações está a linguagem, que, por meio dos discursos, atua nos sistemas de representação ao construir posições a partir das quais os sujeitos podem – ou não – se reconhecer. Esses discursos se materializam, por exemplo, em anúncios e campanhas que produzem imagens e sentidos com os quais os sujeitos podem se identificar. De forma que, em razão da cultura em que estamos inseridos, nossa identidade é moldada pelas possibilidades de identificação, ou seja, a cultura nos oferece uma variedade de representações simbólicas.

As relações sociais, culturais e econômicas atuais, em encontro com os símbolos de um passado histórico, influenciam a identidade do presente. Considerando os momentos de conflito que as sociedades vêm enfrentando e para lidar com a fragmentação do presente, algumas comunidades voltam-se para um passado idealizado, como aponta Woodward (2014, p. 24): “a contestação no presente busca justificação para a criação de novas – e futuras – identidades nacionais, evocando origens, mitologias e fronteiras do passado”.

O conceito de comunidades imaginadas de Benedict Anderson (2008, p. 34) aponta que a identidade nacional é completamente dependente do que imaginamos dela, de tal modo que nós criamos uma ideia partilhada de como a tal identidade se constitui, por isso nos identificamos com certas vertentes políticas, pelas ideias partilhas de como a comunidade – a nação – deve ser,

independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas.

As mudanças e transformações nas estruturas políticas e econômicas do mundo contemporâneo influenciam a criação de novos ideais e critérios de pertencimento às tais comunidades, “a ideia de uma identidade européia, por exemplo, defendida por partidos

políticos de extrema-direita, surgiu, recentemente, como uma reação à suposta ameaça do ‘Outro’” (Woodward, 2014, p. 24-25).

Para exemplificar essa conceitualização, as identidades construídas no atual discurso político estadunidense partem da evocação de um nacionalismo conservador pautado no ideal MAGA – “*Make America Great Again*” –, que tem como principal agenda a conservação do “verdadeiro cidadão americano”. Por ser um movimento de alta adesão popular, esse indivíduos definem a identidade étnica nacional, que “sempre conteve um traço de racismo [...] que exclui as pessoas em vez de incluí-las, e assim procede baseado em critérios seletivos muitas vezes interpretados subjetivamente” (Mey, 2006, p. 84). Esse movimento foi criado, focalizando a luta contra a aceleração da imigração e do multiculturalismo nos EUA, visando, por meio desse movimento, retornar a um passado idealizado.

A identidade e a diferença são conceitos interdependentes criados a partir dos processos de produção simbólica e discursiva (Woodward, 2014). Essa produção encontra-se na linguagem, tendo em vista que a identidade e a diferença “são o resultado de atos de criação linguística” (Silva, 2014, p. 76). A criação de identidade pode ser vista como um processo de demarcação de fronteiras – linguísticas e geográficas – onde é escolhido uma série de fatores que vão distinguir qual sujeito pertence ou não àquele espaço. Tadeu Tomaz da Silva (2014, p. 82) afirma que “essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirma e reafirma relações de poder”. Os sujeitos que possuem o privilégio de realizar essas classificações são os que possuem também o maior poder social, pois, “aqueles que têm maior controlo sobre mais - e mais influente - discurso (e mais características do discurso) são por definição também mais poderosos” (Van Dijk, 2005, p. 24).

Para constituir uma identidade, portanto, é necessário criar símbolos, por meio de discursos, com que os sujeitos possam se relacionar, pois, como postula Silva (2014, p. 81),

a identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não vivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas.

Em frente às tentativas de subversão e desestabilização que disputam espaço com as identidades nacionais, é comum o uso dos mitos fundadores, pois “é preciso criar laços imaginários que permitam ‘ligar’ pessoas que, sem eles, seriam simplesmente indivíduos isolados, sem nenhum ‘sentimento’ de terem qualquer coisa em comum” (Silva, 2014, p. 85).

Essa estratégia está bastante presente no discurso estadunidense, como na proclamação do Dia Nacional de Devoção Patriótica, onde Trump (2017, s.p)⁴ afirma,

Um novo orgulho nacional desperta a alma americana e inspira o coração americano. Somos um só povo, unidos por um destino comum e um propósito compartilhado. A liberdade é um direito de nascença de todos os americanos e, para preservá-la, devemos manter a fé em nossos valores e herança sagrados.

Ao evocar um “propósito compartilhado” por todos os cidadãos americanos, o presidente afirma a identidade nacional de forma historicamente situada, numa tentativa de rememorar um sentimento comum que molda a verdadeira identidade americana. É na utilização dos símbolos nacionais que os mitos fundadores são construídos, como a afirmação de que a “liberdade é um direito de nascença de todos os americanos” e a relação direta com a “Estátua da Liberdade” e “a terra dos livres” presente no hino nacional, ambos símbolos democráticos do país. Considerando que, “um mito fundador remete a um momento crucial no passado em que algum gesto, algum acontecimento [...] inaugurou as bases de uma suposta identidade nacional” (Silva, 2014, p. 85), a utilização do símbolo nacional da liberdade faz com que o cidadão americano recorde da Declaração de Independência dos Estados Unidos⁵, que aponta a vida, a liberdade e a busca pela felicidade como os ideais fundamentais do país.

Esse símbolo é de difícil contestação ou desestabilização, por já estar muito fixo na constituição da identidade nacional estadunidense (por meio da visão essencialista). No entanto existem movimentos que tentam modificar essa noção de identidade, buscando uma visão não essencialista com o foco na movimentação da identidade, considerando “as diferenças, assim como as características comuns ou partilhadas” entre dois grupos diferentes (Woodward, 2014, p. 12).

Ao realizar uma mudança da essência para a existência, entendemos que a identidade é construída ativa e linguisticamente, ou seja, “o indivíduo não tem uma identidade fixa anterior e fora da língua” (Rajagopalan, 2006, p. 40). As identidades estão sempre em fluxo, a visão

⁴ Proclamation – National Day of Patriotic Devotion. “A new national pride stirs the American soul and inspires the American heart. We are one people, united by a common destiny and a shared purpose. Freedom is the birthright of all Americans, and to preserve that freedom we must maintain faith in our sacred values and heritage”. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/proclamation-9570-national-day-patriotic-devotion>. Acesso em: 09 out. 2025.

⁵ Declaration of Independence – “they are endowed by their Creator with certain unalienable Rights, that among these are Life, Liberty and the pursuit of Happiness”. Disponível em: <https://www.archives.gov/founding-docs/declaration-transcript>. Acesso em: 09 out. 2025.

primária da identidade como algo total e estável passa, então, a ser questionada, tendo em vista a “crescente migração de massas e pela entremesclagem cultural, religiosa e étnica, numa escala sem precedentes” (Rajagopalan, 2006, p. 40-41).

Levando em consideração a importância dos conceitos de identidade para esse trabalho, consideramos aqui duas vertentes, defendemos o entendimento da construção de identidades de forma não essencialista, pois é a partir desse entendimento que podemos visualizar a construção de identidades no próprio ato de linguagem. Nesse sentido, a próxima seção dedica-se a discutir o conceito de discurso, com especial atenção ao discurso político e à temática da imigração, buscando compreender como essas práticas discursivas participamativamente da construção, manutenção e contestação das identidades imigrantes no contexto governamental.

2.2 DISCURSO POLÍTICO E IMIGRAÇÃO

A noção de discurso vêm sendo discutida pelas várias vertentes que estudam a linguagem seu uso. Em perspectivas estruturalistas, o discurso é considerado um “conglomerado de palavras ou sentenças; o sujeito do discurso é um reproduutor de um sistema linguístico e um decodificador de uma mensagem e a língua é uma estrutura invariável. Nesse caso, discurso se confunde com texto” (Melo, 2009, p. 3). A Análise do Discurso (AD) considera que o discurso é a materialização da ideologia que está depositada em cada sujeito, analisando “como os sujeitos são posicionados dentro de FDs e como a dominação ideológica é assegurada através da linguagem” (Melo, 2009, p. 14). Já para a ADC, o discurso é “é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (Fairclough, 2001, p. 91).

Assim, o discurso é um local de múltiplas construções – sociais, ideológicas, identitárias, políticas – por meio de sujeitos interagindo em situações concretas. Por meio dessa concepção de discurso, é revelada a dimensão política e ideológica da linguagem na interação social. Como afirma Fairclough (2001, p. 94),

o discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma, os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder.

De acordo com Patrick Charaudeau (2013), todo ato de linguagem está intrinsecamente ligado à ação mediante as relações de poder que constroem o vínculo social dos sujeitos. Além disso, a linguagem está situada, também, onde manifestam-se as injustiças e as lutas sociais, ou seja, é um lugar da intervenção política, de forma que, “trabalhar com a linguagem é necessariamente agir politicamente, com toda a responsabilidade ética que isso acarreta” (Rajagopalan, 2000, p. 15)”. Dessa maneira, a análise de um discurso político contribui para revelar qual a realidade do poder, havendo a “necessidade de mostrar que não poderia haver ação política se não houvesse discurso que a motivasse e lhe conferisse sentido” (Charaudeau, 2013, p. 39). Ou seja, sendo o discurso político uma forma de ação por meio da linguagem, e tendo em vista que a política depende da ação para se concretizar, afirmamos que a política se inscreve na sociedade pela circulação dos discursos que constroem “espaços de discussão, de persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação política” (Charaudeau, 2013, p. 39).

Considerando o que foi exposto acerca da construção das identidades sociais, observa-se que o discurso exerce grande influência nesse processo. Norman Fairclough (2001, p. 91) afirma que “o discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como 'identidades sociais' e 'posições de sujeito' para os 'sujeitos' sociais e os tipos de 'eu'”. Assim, é possível compreender que o discurso político possui influência ainda mais significativa, uma vez que está profundamente ligado às relações de poder presentes nas hierarquias sociais – especialmente no que se refere a quem ocupa o lugar de fala.

O estudo do discurso político permite entender que a submissão do sujeito a um poder autoritário decorre da “existência de uma ameaça ou a possibilidade de gratificação. Uma ou outra constitui uma sanção, e é essa possibilidade que confere ao sujeito que fala alguma autoridade” (Charaudeau, 2013, p. 17). Nesse contexto, o sujeito que ocupa a posição privilegiada no discurso – aqui representado pelo presidente Trump – faz uso de estratégias linguísticas, visto que o discurso é o “lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro” (Charaudeau, 2013, p. 43).

De forma que, o espaço de discussão política pode ser um espaço de demagogia, no qual a instância política, utilizando argumentos da razão e da paixão, tem como principal objetivo a adesão cidadã ao seu plano de ação. Visto isso, também é necessário adentrarmos na discussão da legitimidade, que quando dada a um indivíduo torna o seu discurso mais propenso a ser aceito. Charaudeau (2013, p. 67) afirma que, “o mecanismo pelo qual se é legitimado é o reconhecimento. A legitimidade é instituída em sua origem para justificar os

feitos e os gestos daquele que age em nome de um valor que deve ser reconhecido por todos os membros de um grupo”.

Essa autoridade de se expressar e de se posicionar diante de um grupo, bem como o poder de influenciar os sujeitos, pode ser compreendida como uma forma de construção ou afirmação de identidades sociais. Como já mencionado, o sujeito que detém o discurso ocupa uma posição privilegiada, sendo aquele que define quem pertence ou não ao seu grupo social. É nesse contexto que o discurso de autoridade se manifesta, quando o ator político utiliza sua autoridade para “reafirmar sua posição de legitimidade, necessita exercer uma sanção sobre aqueles que não querem se submeter” (Charaudeau, 2013, p. 68). A partir desses dois conceitos, os atores políticos consolidam-se em posições de poder, pois, por meio do uso estratégico do discurso, é possível confirmar ou não a influência de suas ações sobre os cidadãos. Isso significa que “a legitimidade é realmente o resultado de um reconhecimento, pelos outros, daquilo que dá poder a alguém de fazer ou dizer em nome de um estatuto” (Charaudeau, 2013, p. 67).

Isto posto, o discurso político sobre imigração está comumente vinculado ao uso de “sistemas classificatórios que mostram como as relações sociais são organizadas e divididas; por exemplo, ela é dividida em ao menos dois grupos em oposição – ‘nós e eles’” (Woodward, 2014, p. 14). O processo da imigração internacional pode ocorrer por inúmeros fatores, mas, diante do aumento sem precedentes do fluxo migratório, César da Silva e Isabela Lobo (2024, p. 74) afirmam que esse fenômeno “pode ser explicado pela instabilidade de Estados, enfraquecidos por crises políticas, sociais, territoriais e econômicas, ou, ainda, sendo o centro de conflitos armados que disputam o poder”. Considerando os inúmeros conflitos atuais ao redor do mundo podemos encontrar algumas justificativas para esse atual aumento⁶.

As pessoas imigrantes são colocadas em posições de baixa estima nas sociedades – mesmo nas que aparentemente as aceitam, elas são incluídas no espaço geográfico para serem excluídas das relações sociais –, esse processo gera um estigma social relacionado ao imigrante que “o coloca como o ‘outro’, aquele que não é pertencente ao grupo dos nacionais, o ‘diferente’, o ‘outsider’ no novo contexto social” (Silva; Lobo, 2024, p. 77).

De tal modo que está reservado ao imigrante os discursos sobre segurança, pertencimento e identidade nacional. Os sujeitos que compartilham desses discursos muitas

⁶ Em contextos como a guerra na Ucrânia, a escalada de violência no Sudão e na Faixa de Gaza, e a crise humanitária persistente na Venezuela, o deslocamento forçado tem sido tratado discursivamente de maneiras distintas: enquanto alguns governos reforçam narrativas securitárias que associam migrantes a ameaças econômicas ou sociais, outros adotam discursos humanitários, enfatizando acolhimento, proteção e integração. Essas abordagens contrastantes evidenciam como os conflitos contemporâneos influenciam diretamente a temática migratória e moldam, de forma significativa, seu tratamento nos diferentes contextos políticos.

vezes estão em uma posição de privilégio e influência, de forma que é na afirmação desse discurso “nacionalista” e “patriótico” que eles conseguem a “consolidação de seu poder e a tentativa de fazer avançar suas agendas políticas em torno da securitização migratória e da rigidez no controle de fronteiras nacionais.” (Silva; Lobo, 2024, p. 74)

Como já vimos anteriormente e de acordo com Woodward (2014, p. 14), “a identidade está vinculada também a condições sociais e materiais. Se um grupo é simbolicamente marcado como inimigo ou como tabu, isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais”. Acreditamos que é esse sistema que ocorre com os imigrantes nos EUA. Por meio do discurso político, as pessoas imigrantes são marcadas como ameaça à segurança nacional, à economia e à identidade nacional americana. A retórica discursiva construída pelo governo estadunidense corrobora para o entendimento da construção da identidade imigrante frente a um nacionalismo extremo.

Tendo isso em vista, Flávio Cortera, Karina Mariano e Roberto Menezes (2022, s.p) postulam que o discurso político de Trump envolve uma retórica de ameaça e securitização direcionada aos imigrantes muçulmanos e latino americanos, os autores defendem que a visão ultra conservadora do presidente influencia nas suas ações como chefe de Estado, e o uso da linguagem associada a sua posição na sociedade estadunidense para defender e legitimar as ações anti-imigratórias. Os autores afirmam que,

a radicalização do discurso presidencial em relação aos imigrantes mexicanos/latinos não se expressa somente na criação de uma barreira física, mas também no comportamento, em um combate ostensivo na região fronteiriça [...], nos maus tratos recebidos pelos imigrantes ilegais capturados e na política de separação das famílias. Nesse sentido, Trump buscou no governo securitizar a imigração latino-americana a partir da edição de *executive orders* e *presidential proclamations* e do encerramento de programas de proteção a imigrantes indocumentados, atos que endureceram a política migratória.

As mudanças nas políticas migratórias revelam a necessidade do governo de “proteger as comunidades de invasão”⁷. No que diz respeito às escolhas feitas nos discursos do atual presidente, é possível notar uma recorrência de culpabilização dos imigrantes sobre os problemas na economia e segurança dos EUA – que só divide fronteira com o México e Canadá, além de ter 15% de residentes imigrantes⁸, que possuem direitos e são assegurados

⁷ Proclamação do Presidente Donald Trump em 28 de abril de 2025. Disponível em: [https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/04/protecting-american-communities-from-criminal-alien s/](https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/04/protecting-american-communities-from-criminal-alien-s/).

⁸ Dados da pesquisa feita pelo Census Bureau feita pelo Pew Research Center em junho de 2025. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/short-reads/2025/08/21/key-findings-about-us-immigrants/#:~:text=Em%20junho%20de%202025%2C%2051,a%20maior%20porcentagem%20j%C3%A1%20registrada>.

pela lei do país, e, portanto, não deveriam ser considerados uma ameaça –, o que nos leva a questionar se esses discursos estão sendo utilizados de forma estratégica para perpetuar uma ideologia nacionalista extrema que tem como objetivo a homogeneização cultural e exclusão de pessoas dissidentes a esses ideais.

Dessa forma, na próxima seção apresentaremos a ADC, teoria que irá embasar a análise da construção discursiva das identidades imigrantes. Essa teoria busca revelar os mecanismos ideológicos que operam por meio da linguagem. A análise crítico-discursiva, a partir desta abordagem, não se limita ao texto, mas considera também o contexto – entendido como prática social e discursiva – podendo, desse modo, esclarecer como o discurso político contribui para a naturalização e reforço de posições ideológicas.

3 A PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Esta seção objetiva fundamentar a discussão teórica acerca dos discursos que serão analisados. Adotamos a Análise do Discurso Crítica (ADC) por entendermos que tal abordagem permite considerar tanto os aspectos linguísticos quanto às implicações sociais presentes em cada discurso, abrangendo as dimensões de produção, distribuição, consumo e contexto, todas interligadas à prática social. O capítulo está organizado em três partes: a primeira, intitulada “A constituição da ADC”, tem como propósito apresentar uma breve contextualização histórica sobre o surgimento da ADC, seus principais teóricos e objetivos; a segunda, denominada “A abordagem de Norman Fairclough: discurso, poder e ideologia”, busca apresentar os estudos faircloughianos do discurso, conceituando termos essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa; e por fim “Discurso como gêneros, como discursos e estilos: a reformulação da ADC faircloughiana”, na qual apresentaremos a reformulação da teoria-método com a introdução de três categorias analíticas propostas por Fairclough, que fundamentam a análise do corpus.

3.1 A CONSTITUIÇÃO DA ADC

O campo dos estudos da linguagem passou por algumas modificações teórico-metodológicas, como apontam Josenia Vieira e Denise Macedo (2018), o caminho que começa com a retórica clássica que na segunda metade do século XX analisavam os discurso com base na história; logo após os formalistas russos focalizaram em suas análise os aspectos morfológicos; depois, os estruturalistas defenderam o foco na fala e nas sentenças; a tagmêmica de Pike apresentou novas considerações ao fazer a análise “formal” alcançar o nível textual. As autoras apresentam as contribuições de Zellig Harris, Roman Jakobson e Émile Benveniste, que evidenciam aspectos não-formais em suas abordagens, como a identificação do sujeito nas cadeias discursivas da Teoria da Enunciação.

No entanto, será realizada uma mudança de foco da análise de estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas de sentenças abstratas e consideradas ideais, com os estudos de Mikhail Bakhtin sobre o papel dialógico da linguagem nas interações verbais. Essa mudança abriu caminhos para a formulação da Linguística Textual e, posteriormente, da Análise do Discurso, na década de 1960, na França, que passa a conferir um papel central à linguagem nos estudos dos fenômenos sociais.

É com a AD francesa que o “uso efetivo da língua e sua relação com a sociedade se torna, de modo explícito, objeto empírico de pesquisas científicas” (Irineu et al., 2020, p. 21-22). A mudança de foco proposta pela AD é criticada por Fairclough (2001, p. 20), que aponta um “desequilíbrio entre os elementos sociais e os linguísticos da síntese”, o autor postula que mesmo tendo uma abordagem sofisticada da teoria social, a AD de Pêcheux deixa à desejar no que diz respeito à análise linguística, “conferiu-se ênfase semelhante à descrição dos textos como produtos acabados e deu-se pouca atenção aos processos de produção e interpretação textual, ou às tensões que caracterizam tais processos”.

Utilizando determinadas conceitualizações da Linguística Crítica (cf. Fowler et al., 1979; Kress e Hodge, 1979), a ADC surge na década de 1980 como um novo modelo teórico-metodológico para realizar a análise de discurso, levando em consideração “a variabilidade, a mudança e a luta: variabilidade entre as práticas e heterogeneidade entre elas como reflexo sincrônico de processos de mudança histórica são moldados pela luta entre as forças sociais” (Fairclough, 2001, p. 58). Ou seja, a ADC considera o discurso como uma prática social – modo de agir na e com a sociedade –, sendo um meio pelo qual o sujeito representa e significa o mundo.

Alguns dos principais nomes da Análise de Discurso Crítica (ADC) incluem Fairclough (2001, 2003), que é considerado um dos pioneiros e principal representante dessa abordagem. Ruth Wodak (2003), por sua vez, contribui com a Abordagem Discursivo-Histórica, que destaca a relação entre discurso, o contexto sociopolítico e os processos de construção de identidades. Theo van Leeuwen (2008) dedica-se à análise das formas de representação social e à legitimação discursiva de práticas de poder e exclusão. Teun A. van Dijk (1998, 2008) investiga as conexões entre discurso, cognição e ideologia, especialmente ao abordar como o racismo e as desigualdades são reproduzidos por meio das falas e textos.

3.2 A ABORDAGEM DE NORMAN FAIRCLOUGH: DISCURSO, PODER E IDEOLOGIA

Fairclough inicia a ADC com o livro “*Discourse and social change*” (1992 [2001]), propondo uma teoria social do discurso, que tem como objetivo “a investigação da mudança discursiva em sua relação com a mudança social e cultural” (Fairclough, 2001, p. 89). O autor reúne a análise de discurso orientada linguisticamente e o pensamento social, relevante para o discurso, na forma de um quadro teórico.

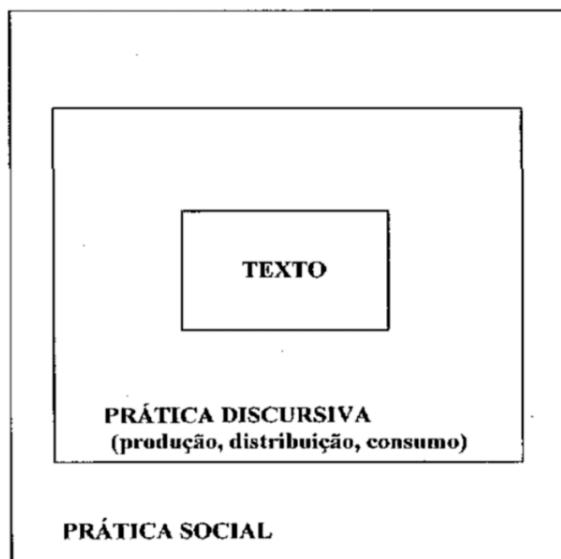
De maneira inicial, o autor define o conceito de discurso, que será utilizado na abordagem analítica aqui proposta. O discurso diz respeito ao “o uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade permanente individual de variáveis interacionais” (Fairclough, 2001, p. 90). Isto quer dizer que, discurso para a ADC é compreendido como constituinte da prática social, o que implica em uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, de forma que o processo de produção de discurso está em constante mudança e desenvolvimento.

Considerando isso, os eventos discursivos – momentos específicos da prática social (Fairclough, 2003) – podem variar segundo sua posição no domínio social particular ou institucional em que são gerados, revelando, assim, o caráter dinâmico da linguagem. Fairclough (2001, p. 91) expõe três aspectos constitutivos do discurso,

o discurso contribui, em primeiro lugar, para a construção do que variavelmente é referido como ‘identidades sociais’ e ‘posições de sujeito’ [...] Segundo, o discurso contribui para construir as relações sociais entre as pessoas. E, terceiro, o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença.

Esses aspectos estão interligados e inseridos no que o autor postula de quadro tridimensional do discurso. O quadro apresenta um esquema onde a prática social é detalhada como uma “dimensão do evento discursivo, assim como o texto. Essas duas dimensões são mediadas pela prática discursiva”, que é considerada variável, dependente dos tipos de discursos e fatores sociais constituintes (Resende; Ramalho, 2006, p. 28). Esse esquema proposto por Fairclough tem como objetivo demonstrar como os discursos são produzidos, moldam e são moldados pelo contexto social em que são produzidos.

Figura 1: Quadro tridimensional do discurso



Fonte: Fairclough (2001, p. 101)

Entender o uso da linguagem como prática social implica dizer que o discurso é um modo de ação historicamente situado. As práticas sociais que constituem a prática discursiva revelam as estruturas sociais que organizam – de modo amplo – a produção dos discursos, ao mesmo tempo que, de forma individual, o sujeito utiliza do discurso para agir sobre essas mesmas estruturas. Por ser uma forma particular da prática social, a prática discursiva vai além do caráter linguístico, o aspecto social do discurso pode ser percebido quando consideramos que, “ao produzirem seu mundo, as práticas dos membros são moldadas, de forma inconsciente, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos” (Fairclough, 2001, p. 100).

A criação desse modelo é de natureza analítica, os aspectos a serem observados na análise são, primeiramente, na categoria Texto: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual; na seção da Prática Discursiva: produção, distribuição, consumo, contexto, força, coerência, intertextualidade; e para a Prática Social: ideologia, sentidos, pressuposições, metáforas, hegemonias, orientações econômicas, políticas, culturais e ideológicas (Resende; Ramalho, 2006).

Posteriormente, o autor atualizou o modelo (cf. Chouliaraki; Fairclough, 1999), e passou a entender o discurso como um momento das práticas sociais, que, por sua vez, passou a ser mais privilegiada. Ou seja, o foco da análise, que antes pertencia ao discurso, passou a ser da prática social. Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 22) afirmam que, a vantagem do foco nas práticas sociais, por meio da conjuntura, “nos permite rastrear ao longo do tempo o efeito não apenas de eventos individuais, mas de séries de eventos conjunturais interligados, tanto

na sustentação quanto na transformação (rearticulação) de práticas”⁹. Dessa maneira, os autores apresentam um enquadre atualizado da ADC que tem o foco na mudança social contemporânea com base nas mudanças globais.

Esse novo modelo utiliza da percepção que toda análise em ADC provém da identificação de um problema e dos obstáculos que impedem a solução deste problema, além de observar qual a função do problema e quais são os possíveis modos de ultrapassar esses obstáculos, realizando, por fim, uma reflexão crítica sobre a análise feita (Resende; Ramalho, 2006). A abordagem atual é mais complexa que o modelo tridimensional e tem ampliado o escopo da disciplina.

Sendo o discurso um momento da prática social, ele é um dos elementos que a constitui e simultaneamente é influenciado por ela, ocasionando em um relação de articulação e internalização¹⁰. Afinal, “o momento discursivo de uma prática [social] é o resultado da articulação de recursos simbólicos/discursivos (gêneros, discursos, estilos)” (Resende; Ramalho, 2006, p. 40). Com base nisto, atestamos que o discurso pode estar implicado em vários âmbitos da prática social. Fairclough (2001, p. 94) permanece observando o discurso como uma prática política, por onde são estabelecidas e mantidas as relações de poder nas sociedades. O autor também enfatiza que o discurso como prática ideológica, juntamente à vertente política, contribui para naturalizar “os significados do mundo gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder”.

Consideramos, com base nos apontamentos de Michael Foucault, que o “poder é uma ação sobre ações que se materializa de forma flutuante e se estabelece tanto no âmbito dos indivíduos quanto no âmbito coletivo” (Irineu et al., 2020, p. 49), dessa forma, as relações de poder não se mantêm apenas pela imposição, mas sobretudo pela conquista do consenso, que é construído socialmente pela evocação das ideologias. Para Fairclough (2001), baseado em Gramsci, o poder é produzido no discurso e nas relações ocultas por trás do discurso, essa concepção atrela o conceito de poder ao de hegemonia, “pois há uma preocupação com os efeitos ideológicos que os textos possuem e suas possíveis conjunturas para favorecer grupos específicos em detimentos de outros indivíduos, mantendo, dessa forma, o status quo” (Irineu, et al., 2020, p. 56).

⁹ Original: “allows us to trace through time the effect not just of individual events but of conjuncturally linked series of events in both sustaining and transforming (rearticulating) practices” (Chouliaraki; Fairclough, 1999, p. 22).

¹⁰ Os momentos da prática discursiva são articulados pelos sujeitos que estão situados socialmente e por meio do discurso estabelecem relações, podendo transformar seus discursos dependendo dos elementos utilizados. A internalização diz respeito às relações sociais e ideologias que estão na estrutura interna do discurso.

Assim, a luta hegemônica se manifesta como uma disputa simbólica e discursiva em torno da universalização de visões particulares de mundo, que buscam se apresentar como naturais e legítimas (Vieira; Macedo, 2018). A ideologia, nesse sentido, consiste em significações da realidade que objetivam contribuir para a produção, reprodução ou transformação das relações de dominação, que se tornam cada vez mais eficazes quanto mais naturalizadas forem. Ao utilizar uma concepção crítica da ideologia, Thompson (2011) a define como formas simbólicas – práticas, discursos, imagens, narrativas, representações – que servem para manter as relações assimétricas de poder, operando por meio de estratégias como legitimação, dissimulação e fragmentação. Tendo em vista que o discurso é o espaço em que esses sentidos são produzidos, distribuídos e interpretados, ele se torna o lugar onde a hegemonia é praticada ou negociada.

Os modos de operação da ideologia, propostos por Thompson, que utilizamos na seção analítica são: legitimação; dissimulação e fragmentação. A legitimação é considerada uma estratégia ideológica que busca, através da racionalização, “defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio” (Thompson, 1995, p. 82), e para isso, é também utilizada de narrativas que remetem a um passado essencializado e tradicional para legitimar o presente. A dissimulação pode ser percebida pelo uso da eufemização, ou seja, da descrição ou redescrição de relações sociais “de modo a despertar uma valoração positiva” (Thompson, 1995, p. 84). Por fim, a fragmentação “Relações de dominação podem ser mantidas não unificando as pessoas numa coletividade, mas segmentando aqueles indivíduos e grupos”, por meio da estratégia que Thompson (1995, p. 87) nomeia de expurgo do outro.

3.3 DISCURSO COMO GÊNEROS, COMO DISCURSOS E ESTILOS: A REFORMULAÇÃO DA ADC FAIRCLOUGHIANA

Conforme demonstrado anteriormente, com base em Fairclough (2003), os textos¹¹ têm o potencial de promover mudanças nas relações pessoais e sociais. Esses efeitos decorrem do fato de que os textos estão inseridos em uma ordem sistemática, sendo resultado do uso social da linguagem. Fairclough propõe uma esquematização em que as estruturas sociais –

¹¹ Refiro-me a “textos” na ampla perspectiva apresentada por Fairclough (2003, p. 3): “qualquer exemplo de linguagem em uso é um ‘texto’”, mesmo sendo por meio de imagens visuais ou efeitos sonoros.

representadas pela língua – são mediadas pela prática social – a ordem do discurso¹² – que, por sua vez, dá origem aos eventos sociais – os textos. No entanto, o autor ressalta que tanto a língua quanto o texto precisam ser mediados por elementos das práticas sociais, isto é, pelas ordens do discurso. Elas são uma “rede de práticas sociais no aspecto linguístico (da língua). Os elementos de ordens de discurso não são coisas como nomes e sentenças (elementos de estruturas linguísticas), mas discursos, gêneros e estilos” (Fairclough, 2003, p. 14).

Com base nos estudos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) de Halliday, Fairclough (2003) retoma e recontextualiza essa sistematização, ampliando-a para compreender o discurso dentro das práticas sociais. A partir desse diálogo teórico, o autor apresenta três categorias que representam diferentes modos pelos quais o discurso participa da vida social: gêneros – entendidos como *modos de agir*; discursos – como *modos de representar*; e estilos – como *modos de ser*. Essas categorias correspondem diretamente às três funções da linguagem descritas pela LSF (interpessoal, ideacional e textual), mas são reinterpretadas por Fairclough para operar dentro de sua abordagem crítica.

Assim, o autor reformula o modelo tridimensional e propõe o significado acional, vinculado à forma como o texto realiza ações sociais; o significado representacional, que diz respeito às maneiras pelas quais o mundo social é representado no discurso; e o significado identificacional, relacionado à construção de identidades e posicionamentos dos sujeitos. Ao articular essas três dimensões, Fairclough explica como os textos contribuem simultaneamente para agir no mundo, construir versões da realidade e posicionar sujeitos, ressaltando que essas camadas de sentido são sempre socialmente situadas e ideologicamente permeadas.

A primeira categoria, do *significado acional*, refere-se ao modo como o discurso funciona como uma forma de ação na prática social. Trata-se de compreender o que os sujeitos fazem por meio da linguagem e como suas escolhas discursivas realizam ações sociais situadas. Tendo isso em vista, Fairclough (2003) estabelece que o significado acional se concretiza nos gêneros discursivos – que não são fixos, podem ser modificados dependendo da situação comunicativa – utilizados nos eventos sociais.

A análise focada nesse significado pretende compreender as operações discursivas utilizadas pelos sujeitos por meio dos gêneros, ela procura perceber as intenções de persuadir, instruir, ordenar, legitimar ou até mesmo naturalizar uma visão de mundo. Observar os textos

¹² “Uma ordem de discurso é uma rede de práticas sociais no aspecto linguístico (da língua). Os elementos de ordens de discurso não são coisas como nomes e sentenças (elementos de estruturas linguísticas), mas discursos, gêneros e estilos” (Fairclough, 2003, p. 14).

como gêneros significa “examinar como o texto figura na (inter)ação social e como contribui para ela em eventos sociais concretos. Gêneros específicos são definidos pelas práticas sociais a eles relacionadas e pelas maneiras como tais práticas são articuladas” (Resende; Ramalho, 2006, p. 65).

Fairclough (2003) define que os gêneros são definidos pelas práticas sociais, essa afirmação fundamenta a defesa de que quando a prática social muda, o gênero muda junto – ou é transformado. Além disso, podem ocorrer algumas variações, alguns gêneros são mais voltados à práticas sociais mais limitadas, enquanto outros são utilizados de forma ampla. Alguns desses gêneros “pressupõem padrões compostionais mais rigorosos” enquanto outros são mais flexíveis (Resende; Ramalho, 2006, p. 62), considerando o período de rápida transformação social de inúmeras vertentes da vida social contemporânea. O autor também aponta que existem dois níveis de abstração nos gêneros: os pré-gêneros – categorias abstratas que não pertencem a uma prática social específica e por isso funcionam como ferramentas discursivas que podem ser utilizadas para compor os gêneros concretos – e os gêneros situados – são concretos e ligados a uma prática social específica, podem ser compostos por vários pré-gêneros.

Os rótulos criados para fixar os gêneros e suas composições são descartados na análise proposta por Fairclough (2003), pois “os gêneros não constituem regras rígidas ou padrões imutáveis, ao contrário, consistem em um potencial que pode ser trabalhado de maneiras variáveis e criativas em eventos discursivos concretos” (Resende; Ramalho, 2006, p. 64). Dessa forma, a análise do significado acional, ou do discurso como gênero, visa compreender como os sujeitos utilizam da linguagem – por meio dos gêneros – para realizar ações sociais, e quais são os mecanismos utilizados para chegar no resultado preterido.

O *significado representacional*, por sua vez, tem como principal objetivo apreender o modo como os sujeitos, por meio dos discursos, representam aspectos do mundo que vivem. Os discursos são formas concretas de uma visão de mundo específica e individual, e são construídos por meio das relações e das práticas sociais (Fairclough, 2003). Dessa maneira, “diferentes discursos não apenas representam o mundo ‘concreto’, mas também projetam possibilidades diferentes da ‘realidade’, ou seja, relacionam-se a projetos de mudança do mundo de acordo com perspectivas particulares” (Resende; Ramalho, 2006, p. 70-71).

Quando utilizamos os elementos representacionais, não nos referimos apenas a análise de como uma “verdade” é representada num discurso, mas analisando “quais elementos estão incluídos na representação desses eventos, quais deles são excluídos e aos quais é dada maior importância” (Fairclough, 2003, p. 107). Portanto, nessa perspectiva, os discursos são vistos

como uma ferramenta utilizada pelos atores sociais para se envolverem socialmente e representarem sua realidade, ou sua visão de mundo – que pode articular vários discursos e por isso pode ainda variar entre a cooperação e a competição por um local de prestígio social.

Considerando que diferentes textos podem representar o mesmo aspecto do mundo, de forma que os sujeitos conseguem revelar diferentes posicionamentos sobre o mesmo evento social. Essas possibilidades demonstram o aspecto heterogêneo dos textos, que Fairclough chama de interdiscursividade. A análise que utiliza a interdiscursividade como categoria analítica observa quais discursos e a maneira como são articulados dentro do texto, por meio da identificação de que partes do mundo são representadas (os ‘temas’ centrais) e a identificação da perspectiva particular pela qual são representadas” (Resende; Ramalho, 2006, p. 72), através de traços linguísticos, como o vocabulário – de modo que os “discursos ‘nomeiam’ ou ‘lexicalizam’ o mundo de modos particulares” (Fairclough, 2003, p. 101). A análise da lexicalização é uma categoria da representação nos discursos, as escolhas lexicais são construídas socialmente, e, portanto, são política e culturalmente influenciadas.

Além dessas categorias, um elemento importante do significado representacional é a análise da representação dos atores sociais. Resende e Ramalho (2006, p. 72) apontam que “as maneiras como atores sociais são representados em textos podem indicar posicionamentos ideológicos em relações a eles e suas atividades”. Dessa forma, a análise dessas representações contribuem para a exposição das ideologias presentes nos textos (cf. Van Leeuwen, 1997).

Por fim, o *significado identificacional*, na perspectiva de Fairclough (2003, p. 124), refere-se à forma como o discurso constrói, negocia e posiciona identidades. Conforme apresentado na seção sobre construção de identidades, a afirmação identitária resulta da associação de elementos sociais, culturais, políticos e, sobretudo, simbólicos. Essas construções são produzidasativamente no discurso e, por serem criações sociais, encontram-se submetidas a relações de poder.

Identidade e diferença constituem categorias interligadas, uma vez que as representações sociais são elaboradas por meio de classificações que frequentemente revelam relações de poder, especialmente quando analisamos os elementos classificatórios utilizados para identificar grupos ou sujeitos sociais. Em outras palavras, “o privilégio de classificar implica o privilégio de atribuir valores aos grupos classificados” (Resende; Ramalho, 2006, p. 77). Para os estudos faircloughianos, a análise da identificação pressupõe investigar como ocorre o embate discursivo das identidades, ou seja, perceber como se dá “a luta entre a

fixação/estabilização e subversão/desestabilização de construções identitárias” (Resende; Ramalho, 2006, p. 78).

Fairclough (2003), destaca que, no plano social, os indivíduos são inicialmente posicionados como “agentes primários” de modo involuntário, em razão de condições sobre as quais não têm escolha – como gênero ou classe social. A possibilidade de transformar esse posicionamento depende da capacidade dos sujeitos de reconhecerem sua condição e de atuarem coletivamente como “agentes incorporados”, orientados para a mudança social. No âmbito do significado identificacional, essa construção de identidades e posições de sujeito pode ser observada por meio de categorias como avaliação, modalidade e metáfora. A avaliação envolve juízos de valor expressos de diferentes maneiras: por meio de afirmações avaliativas explícitas, marcadas por atributos, advérbios, verbos ou sinais que indicam o que é desejável ou indesejável, e que variam em intensidade

A modalidade, por sua vez, diz respeito ao grau de comprometimento que o falante assume ao fazer afirmações, perguntas, demandas ou ofertas. Tendo em vista essa definição, Fairclough (2003) postula duas categorias da modalidade, a subjetiva, quando o falante explicita seu ponto de vista, e a objetiva, quando o ponto de vista do falante fica implícito, “o efeito disso é uma universalização da perspectiva (discurso) defendida no texto, que é tomada tacitamente como verdadeira”. Assim, a modalidade é relevante para o estudo do significado identificacional pois, “é entendida como a relação entre o(a) autor(a) de um texto e a representação. A modalidade é relevante na construção discursiva de identidades” (Resende; Ramalho, 2006, p. 85), além de serem escolhas consideráveis para os aspectos acional e representacional do discurso, tendo em vista que o processo de identificação é sempre afetado pelas relações sociais.

Considerando que os “conceitos são metaforicamente estruturados no pensamento e consequentemente na linguagem, logo, a metáfora não nasce na linguagem, ela reflete-se na linguagem porque existe em nosso sistema conceptual” (Resende; Ramalho, 2006, p. 86), o uso dos estudos sobre metáfora (cf. Lakoff; Johnson, 2002) na análise das identificações se justifica pois por meio delas é possível revelar uma “filiação a uma maneira particular de representar aspectos do mundo e de identificá-los”, ou seja, ao utilizarmos uma metáfora no lugar da outra estamos realizando um discurso posicionado.

Conforme os aspectos expostos sobre os três significados propostos por Fairclough, ressaltamos que, “embora os três aspectos do significado precisem ser distinguidos para propósito analítico e, nesse sentido, são diferentes uns dos outros, não são distintos, não são totalmente separados”, como afirma Fairclough (2003, p. 18). Assim, a relação entre os três

aspectos do significado não ocorre de forma separada dentro dos textos, pelo contrário, sua relação ocorre de forma dialética, na identificação por meio da análise de quais discursos, gênero e estilos estão presentes nos textos e como eles se articulam de forma correlacionada¹³.

Para realizarmos a análise, mobilizamos os três significados e algumas das categorias analíticas propostas para cada um. Primeiro, o significado acional por meio da intertextualidade e do gênero. O significado representacional dos textos será acessado por meio das categorias: representação de atores sociais e lexicalização. O significado identificacional, por sua vez, será percebido por meio das categorias da modalidade e avaliação.

3.3.1 Metodologia de análise

A abordagem metodológica adotada é de natureza qualitativa (Gil, 2002) e interpretativa seguindo o enquadre metodológico e categorias analíticas propostas por Fairclough (2003) para a ADC, voltada à investigação da linguagem enquanto prática social articulada a relações de poder, ideologia e identidade. O enquadre metodológico da ADC inicia com a identificação de um problema norteador, já exposto anteriormente, e a observação dos obstáculos que impedem a resolução de tal problema por meio da (1) a análise da conjuntura, que considera as práticas sociais que o discurso ou problema em questão faz parte; (2) a análise da prática particular com o foco no discurso; e (3) a análise do discurso, com o foco na estrutura do discurso e na relação entre os aspectos linguísticos e a prática social. O enquadre também questiona a função do problema e quais os possíveis modos de ultrapassá-lo. Com base nos resultados, o analista realiza, por fim, uma reflexão crítica sobre a análise realizada, pois busca-se não apenas descrever os mecanismos de construção discursiva das identidades imigrantes, mas também refletir criticamente sobre os efeitos sociais e políticos dessas práticas no fortalecimento de discursos excludentes e nacionalistas.

¹³“Em poucas palavras, pode-se afirmar que discursos (significados representacionais) são concretizados em gêneros (significados acionais) e inculcados em estilos (significados identificacionais), e que ações e identidades (incluindo gêneros e estilos) são representadas em discursos (Fairclough, 2003a)” (Resende; Ramalho, 2006, p. 89).

4 DISCURSO E A PRODUÇÃO DE IDENTIDADES IMIGRANTES NOS ESTADOS UNIDOS

Nesta última seção, com base em todos os apontamentos realizados, analisaremos três discursos do atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Os discursos foram coletados no site oficial da Casa Branca, onde são publicadas proclamações, decretos, ordens executivas e comunicados destinados aos cidadãos estadunidenses. Os critérios de seleção para o corpus foram: tratar-se de decretos, proclamações ou ordens relacionados a políticas imigratórias e serem documentos atuais (2024–2025). A seção está organizada de acordo com cada objeto de estudo; porém, antes de iniciarmos a análise propriamente dita, realizamos a análise da conjuntura, isto é, “da configuração de práticas das quais o discurso em análise é parte, das práticas sociais associadas ao problema ou das quais ele decorre” (Resende; Ramalho, 2006, p. 36). Nesse momento, contextualizamos o corpus, as implicações de cada documento e os fatores que motivaram sua escolha. Buscamos, assim, compreender como a produção de um discurso político ideologicamente situado pode construir ou reproduzir identidades para pessoas imigrantes nos Estados Unidos no contexto do governo Trump.

4. 1 ANÁLISE DA CONJUNTURA

Os três discursos que serão analisados compartilham algumas similaridades, eles apresentam o reforço de uma lógica de segurança, também possuem coerência narrativa e apresentam o escalonamento de medidas políticas. São eles: (1) Invocação da Lei de Inimigos Estrangeiros em Relação à Invasão dos Estados Unidos por Tren De Aragua - 15 de março de 2025¹⁴; (2) Restringir a Entrada de Estrangeiros para Proteger os Estados Unidos de Terroristas Estrangeiros e Outras Ameaças à Segurança Nacional e à Segurança Pública - 4 de junho de 2025¹⁵; e (3) 101º Aniversário da Patrulha de Fronteira dos Estados Unidos - 27 de maio de 2025¹⁶.

Para realizar a análise desses discursos com base na metodologia da ADC, precisamos, no primeiro momento, realizar a análise da conjuntura. Isto é contextualizar o cenário político e social no qual esses discursos foram produzidos. É importante enfatizar que historicamente,

¹⁴ Original: “Invocation of the Alien Enemies Act Regarding the Invasion of The United States by Tren De Aragua”.

¹⁵ Original: “Restricting the Entry of Foreign Nationals to Protect the United States from Foreign Terrorists and Other National Security and Public Safety Threats”.

¹⁶ Original: “101st Anniversary of the United States Border Patrol”.

a imigração sempre foi um tema sensível nos EUA, principalmente a partir do ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, passou-se, então, a ser um tema de extrema importância nas discussões políticas do país, criando uma retórica defensiva e de securitização. A imigração deixa de ser tratada como um fenômeno socioeconômico e passa a ser enquadrada sob a ótica da segurança nacional. Esse processo se aprofunda durante o primeiro mandato de Trump, quando políticas como o “*travel ban*”¹⁷, a ampliação de detenções e a separação familiar na fronteira consolidam o paradigma da securitização.

Nos últimos anos, ganha destaque a presença de redes de crime organizado (cartéis, grupos criminosos) frequentemente associadas – nem sempre com base empírica sólida – à imigração ilegal. Essa associação fomenta discursos governamentais que tratam o migrante como potencial ameaça ou como vetor de criminalidade,

a securitização e o medo da imigração se desenvolvem a partir de narrativas que apontam os imigrantes como uma ameaça à ordem pública, ao mercado de trabalho e à própria identidade da sociedade [...] a potencial ameaça, não precisa ser real, e muitas vezes não o é, mas basta que ela seja sentida e percebida como real. Ou seja, é suficiente que a opinião pública ‘compre’ e compreenda a ameaça como sendo real (Silva; Lobo, 2024, p. 79).

A questão fundamental que apontamos sobre o governo Trump é o fato de que os governos anteriores (principalmente de Barack Obama e Joe Biden) também tiveram um grande foco em deportações e aplicação de políticas imigratórias firmes. No entanto, essas gestões não criaram (ou endossaram) uma narrativa anti-imigração, como é possível perceber na administração atual.

A retórica de ameaça intensifica divisões sociais nos EUA. Grupos conservadores mobilizam tais discursos como forma de defesa da identidade nacional e da ordem interna, enquanto setores progressistas denunciam violações de direitos e práticas discriminatórias. Essa polarização é ampliada por meios de comunicação, redes sociais e campanhas políticas, transformando as políticas migratórias em símbolos identitários. Essa divisão também se manifesta no Congresso, produzindo um ambiente frequentemente paralisado, que impede reformas profundas, e abre espaço para que o presidente governe por meio de ordens executivas e proclamações, que indica um movimento de centralização do poder no Executivo.

¹⁷ Política implementada que proíbe ou restringe a entrada de cidadãos de determinados países nos EUA, com a justificativa de segurança nacional.

4.2 LEI DOS INIMIGOS ESTRANGEIROS

Em 15 de março de 2025, o presidente Donald J. Trump emitiu proclamação invocando a Lei de Inimigos Estrangeiros (*Alien Enemies Act*) contra a organização venezuelana “*Tren de Aragua*” (TdA), alegando uma “invasão” e “guerra irregular” em solo estadunidense (The white house, 2025). Este documento raramente usado, datado de 1798, foi apropriadamente desenvolvido para conflitos entre nações em guerra declarada, mas, no caso, é deslocado para um cenário de crime transnacional e migração forçada. Dessa forma, analisamos a construção das identidades dos imigrantes no discurso oficial do governo Trump a partir de três dimensões do discurso: o discurso como significado acional, mobilizando a categoria da *intertextualidade*; o discurso como modo de representar, por meio da *representação de atores sociais*; e o discurso como forma de construir estilos de ser, a partir da categoria da *modalidade*.

A Lei de Inimigos Estrangeiros foi promulgada em 1798, e compõe um dos quatro atos conhecidos coletivamente como “*Alien and Sedition Acts*”, assinados pelo presidente John Adams, em meio ao crescimento das tensões diplomáticas entre os Estados Unidos e a França, momento que ficou conhecido como “Quase-Guerra”. Entre os quatro atos, o *Alien Enemies Act* foi o único a permanecer vigente após o término do conflito, tornando-se parte permanente do arcabouço jurídico americano. O principal objetivo da lei era permitir ao presidente, durante períodos de guerra declarada contra uma nação estrangeira, o poder de prender, deportar ou restringir a movimentação de estrangeiros originários dessa nação inimiga. Além de ter condições estritas para ser aplicada, sendo uma dessas a necessidade do país estar em guerra declarada contra uma nação estrangeira, o ato, portanto, não se aplica a organizações não estatais, como facções criminosas, gangues ou grupos terroristas sem Estado-nação.

Para adentrarmos às categorias analíticas, começemos pela *intertextualidade* – presente no significado acional. Resende e Ramalho (2006, p. 101) definem como “um movimento de um contexto a outro que acarreta transformações particulares dependendo de como o material é movimentado, recontextualizado, de como ele figura no novo contexto”. O discurso de 15 de março de 2025 marca o momento da recontextualização, em que excertos da *Alien Enemies Act* são destacados de seu contexto histórico e normativo original e reinscritos em um novo regime discursivo: o da “guerra irregular” contra o crime organizado transnacional e a imigração não autorizada. Na proclamação, o presidente realiza uma conexão direta ao longo do texto aos dispositivos da antiga lei:

Tabela 1: Semelhanças e diferenças entre a Lei e a Proclamação

John Adams (sec. 1, 1798)	Donald Trump (sec. 1, 2025)
“todos os nativos, cidadãos, moradores ou súditos da nação ou governo hostil, sendo homens <i>com idade igual ou superior a quatorze anos</i> , que estiverem nos Estados Unidos e <i>não forem de fato naturalizados, estarão sujeitos a serem apreendidos, contidos, presos e removidos como inimigos estrangeiros</i> ” ¹⁸	“Proclamo que todos os cidadãos venezuelanos <i>com 14 anos de idade ou mais</i> que sejam membros do TdA, estejam nos Estados Unidos e <i>não sejam naturalizados ou residentes permanentes legais</i> dos Estados Unidos <i>estão sujeitos a serem apreendidos, contidos, presos e removidos como Inimigos Estrangeiros</i> ” ¹⁹

Fonte: da autora.

Essa citação, retirada quase literalmente do texto original, no entanto, esse recorte omite aspectos essenciais do texto original como um todo. Tendo em vista que essa lei só pode ser acionada legalmente quando há uma guerra formalmente declarada contra um Estado-nação (e não organizações criminosas, como o TdA), e se aplica a cidadãos de nações que estejam em guerra contra os EUA, o que não é o caso da Venezuela. Portanto, há um silenciamento estratégico de condições da lei, em favor de um uso que se pretende imediato, excepcional e inquestionável. Isso configura uma entextualização, “o processo de tornar o discurso passível de extração, de transformar um trecho de produção linguística em uma unidade – um texto – que pode ser extraído de seu cenário interacional” (Bonfim; Alencar, 2017, p. 34).

Além disso, a lei não apenas regula, mas representa as identidades sociais e políticas. A nomeação “inimigo estrangeiro” – ou “*alien enemy*” – consiste numa construção discursiva que representa os atores sociais – em sua maioria, imigrantes – que são situados dentro dessa categoria, além de ser uma escolha lexical posicionada histórica e culturalmente, estabelece ao sujeito imigrante uma posição indesejada na sociedade. A permanência dessa lei na Constituição do país, ajuda a produzir essa figura como ameaça constante, legitimando medidas excepcionais e reforçando a autoridade do Estado sobre corpos racializados,

¹⁸ “all natives, citizens, denizens, or subjects of the hostile nation or government, being males of the age of fourteen years and upwards, who shall be within the United States, and not actually naturalized, shall be liable to be apprehended, restrained, secured and removed, as alien enemies.” (sec. 1, 1798). Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/alien-and-sedition-acts>.

¹⁹ “I proclaim that all Venezuelan citizens 14 years of age or older who are members of TdA, are within the United States, and are not actually naturalized or lawful permanent residents of the United States are liable to be apprehended, restrained, secured, and removed as Alien Enemies.” (sec. 1, 2025). Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/03/invocation-of-the-alien-enemies-act-regarding-the-invasion-of-the-united-states-by-tren-de-aragua/>.

deslocados ou politicamente dissidentes. Como afirmam Resende e Ramalho (2006, p. 72), “as maneiras como atores sociais são representados em textos podem indicar posicionamentos ideológicos em relação a eles e a suas atividades”, assim, podemos considerar que a nomeação de atores específicos (como a “Tren de Aragua”), a citação de datas e locais de atuação do grupo, e a mobilização de autoridades institucionais (como o FBI ou o Departamento de Justiça) são exemplos de índices que ancoram o discurso em uma realidade percebida como concreta, atual e urgente.

Essa ancoragem confere ao texto um caráter de veracidade e de necessidade de ação, mesmo quando se apoia em reconfigurações de sentido em relação ao seu propósito original. Assim, pode-se perceber o significado identificacional por meio da modalidade, isto é, pelo grau de comprometimento do presidente expresso em suas afirmações e ordens. Além disso, por se tratar de uma figura com alto grau de notoriedade devido à sua posição privilegiada, sua proclamação exemplifica o que Bonfim e Alencar (2017) afirmam não se tratar de um simples recorte, mas de uma apropriação produtiva, orientada por objetivos políticos específicos e operada de modo a produzir efeitos de verdade e autoridade no novo cenário de enunciação.

A utilização da proclamação para instituir uma política explicitamente excludente configura, portanto, uma estratégia ideológica que busca, por meio de uma cadeia de raciocínio, mobilizar elementos do passado para justificar ações no presente (Thompson, 1995). Esse modo de operação ideológica torna-se evidente no texto pela reutilização e descontextualização da Lei para justificar ações contra os “inimigos”, sobretudo porque o presidente estabelece, no discurso, uma equivalência entre crime, migração e política externa. Desse modo, Trump posiciona os imigrantes em uma identidade legitimadora, a qual “é introduzida por instituições dominantes a fim de legitimar sua dominação” (Resende; Ramalho, 2006, p. 78).

4.3 RESTRIÇÃO DE ENTRADA DE ESTRANGEIROS

Ao observarmos, ainda que de forma preliminar, apenas o título da proclamação – “Restringir a Entrada de Estrangeiros para Proteger os Estados Unidos de Terroristas Estrangeiros e Outras Ameaças à Segurança Nacional e à Segurança Pública” – já é possível identificar elementos relevantes para a presente análise. Para avançarmos na leitura do texto – que consiste em uma breve contextualização e justificativa para a ação e uma longa lista de países “suspeitos”, além das exceções – adotaremos as seguintes categorias: o significado

acional, considerando o discurso como *gênero*; a *lexicalização*, a fim de identificar as representações construídas no texto; e, por fim, a *avaliação*, com o propósito de examinar como as identidades são discursivamente construídas.

Compreendemos que o objetivo central da proclamação é restringir a entrada de determinados estrangeiros considerados um risco à segurança nacional. Ao enunciar esse discurso, o presidente não apenas aciona, como base legal e elemento legitimador, a Lei de imigração e Nacionalidade²⁰ (INA) – que lhe confere autoridade para suspender ou limitar a entrada de pessoas de certos países –, mas também mobiliza o gênero documento/manifesto oficial para produzir uma proclamação. Assim, o discurso funciona como uma forma de ação materializada por meio do gênero discursivo proclamação, conforme proposto por Fairclough (2003).

Além disso, considerando a prévia exposição sobre o discurso como gênero, entendemos que a utilização do gênero documento/manifesto oficial, assinado pelo presidente do país, carrega uma autoridade e impõe respeito. O gênero escolhido para produzir esse discurso é relativamente rigoroso quanto a sua estabilização, sendo possível de utilização em escala global (Resende; Ramalho, 2006). Dessa maneira, afirmamos que a utilização estratégica desse gênero discursivo para promover uma política restritiva e seletiva, apresenta para a população uma noção de autenticidade e generalização. De tal forma, que qualquer cidadão dos países listados será considerado um “terrorista estrangeiro” ou uma “ameaça à segurança nacional”.

Para exemplificarmos como as identidades desses estrangeiros estão sendo representadas, observamos a lexicalização e os significados das palavras utilizadas pelo presidente:

Tabela 2: Representações presentes no discurso

²⁰ Original: Immigration and Nationality Act.

Estrangeiros como ameaça ²¹	Países suspensos ²²	Autoridade estatal ²³	Vitimização ²⁴
(a) Terroristas estrangeiros; (b) Ameaças à segurança pública; (c) Hostis; (d) Riscos significantes.	(a) Carece de comando e controle; (b) Não coopera; (c) Riscos relacionados ao terrorismo e à segurança pública.	(a) Essa é a política dos Estados Unidos; (b) Portanto, por meio deste documento, proclamo; (c) Pela autoridade que me foi conferida.	(a) Para proteger seus cidadãos; (b) Prejudica as comunidades americanas.

Fonte: da autora.

Essas lexicalizações não apenas descrevem uma situação, mas produzem um modo específico de representar o estrangeiro, a imigração e a ação do Estado, além de serem socialmente construídas (Resende; Ramalho, 2006). Os efeitos discursivos percebidos na representação dos estrangeiros revelam um comprometimento em posicionar o sujeito migrante numa posição de inferioridade, especialmente quando afirma que,

os cidadãos de alguns países também representam riscos significativos de permanência nos Estados Unidos após o vencimento de seus vistos, o que aumenta a carga sobre os serviços de imigração e de aplicação da lei do país e, muitas vezes, agrava outros riscos relacionados à segurança nacional e à segurança pública. (The white house, 2025b)²⁵

Revelando um padrão lexical que reforça a centralidade da segurança nacional como justificativa para o controle do fluxo migratório, que passa a ser considerado um risco iminente. Ao mesmo tempo, a proclamação articula esse vocabulário securitário a uma representação negativa dos países suspensos. A ênfase nessas expressões constrói esses

²¹ Trechos onde essas nomeações são utilizadas: (a) “do not advocate for, aid, or support designated *foreign terrorists* or other threats to our national security.”; (b) “Protecting the United States From Foreign Terrorists and Other National Security and *Public Safety Threats*”; (c) “The United States must ensure that admitted aliens and aliens otherwise already present in the United States do not bear hostile attitudes toward its citizens, culture, government, institutions, or founding principles”; (d) “Nationals of some countries also pose *significant risks* of overstaying their visas in the United States”.

²² Trechos onde essas nomeações são utilizadas: (a) “its government *lacks command and control* of its territory”; (b) “*does not cooperate* or share sufficient law enforcement information with the United States”; (c) “cooperate to improve information-sharing and identity-management procedures, and to address both *terrorism-related and public-safety risks*”.

²³ Trechos onde essas nomeações são utilizadas: (a) “*It is the policy of the United States* to protect its citizens from terrorist attacks and other national security or public-safety threats”; (b) “I therefore hereby proclaim the following.”; (c) “DONALD J. TRUMP, President of the United States of America, *by the authority vested in me by the Constitution and the laws of the United States of America*”.

²⁴ Trechos onde essas nomeações são utilizadas: (a) “I stated that it is the policy of the United States *to protect its citizens* from aliens who intend to commit terrorist attacks”; (b) “This influx *harms American communities* by creating acute risks of increased overstay rates, establishment of criminal networks, and other national security threats”.

²⁵ Original: “Nationals of some countries also pose significant risks of overstaying their visas in the United States, which increases burdens on immigration and law enforcement components of the United States, and often exacerbates other risks related to national security and public safety”

Estados como irresponsáveis, incapazes e perigosos, ou seja, emprega-se uma hierarquização geopolítica onde há nações que cumprem padrões civilizatórios e outras que, por não atenderem às exigências dos EUA, são convertidas discursivamente em ameaças potenciais.

Essa estratégia discursiva também evidencia um dos modos de operação da ideologia, que Thompson (1995, p. 87) nomeou de fragmentação. Essa categoria pode ser percebida quando num discurso o sujeito que detém a fala utiliza de características de grupos diferentes para os diferenciar e, dessa forma, construir simbolicamente “um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurga-lo”.

Por fim, consideramos o aspecto identificacional do texto, isto é, observamos, por meio da categoria da avaliação, como a identidade é construída no discurso por meio da evocação de símbolos que estabilizam a representação do estrangeiro “amigo”. Destacamos a seção em que são descritos os países suspensos de entrar nos EUA²⁶ e as justificativas apresentadas para essas escolhas.

Embora o texto se apresente de forma bastante descriptiva, suas escolhas linguísticas carregam sentidos que não estão postos efetivamente no texto. Fairclough (2003) chama esses sentidos de presunções valorativas, considerando que a “construção de significado depende não só do que está explícito em um texto, mas também do que está implícito – o que está presumido. O que está ‘dito’ em um texto sempre se baseia em presunções ‘não ditas’” (Resende; Ramalho, 2006, p. 80). As nomeações deixam implícito que os países listados são, por natureza, menos confiáveis, menos transparentes e menos comprometidos com a segurança internacional. Ao enfatizar que certos países não cooperam com o fornecimento de informações, a proclamação desloca o debate para o campo da intencionalidade: não se trata apenas de incapacidade técnica, mas de possível má-fé. Deixando implícito que esses Estados, seja por descuido, incompetência ou descompromisso, contribuem para ameaças à segurança global.

A escolha dos países reforça o imaginário que associa determinadas regiões a um perigo iminente – como é o caso das regiões muçulmanas ou politicamente instáveis. Ao suspeitar de certos Estados e de outros não, a proclamação identifica os países listados como

²⁶ “I have determined to fully restrict and limit the entry of nationals of the following 12 countries: Afghanistan, Burma, Chad, Republic of the Congo, Equatorial Guinea, Eritrea, Haiti, Iran, Libya, Somalia, Sudan, and Yemen. These restrictions distinguish between, but apply to both, the entry of immigrants and nonimmigrants [...] I have determined to partially restrict and limit the entry of nationals of the following 7 countries: Burundi, Cuba, Laos, Sierra Leone, Togo, Turkmenistan, and Venezuela. These restrictions distinguish between, but apply to both, the entry of immigrants and nonimmigrants.

problemáticos e dessa forma, legitima as medidas propostas como respostas racionais a essas “falhas” governamentais, ocultando o caráter ideológico do discurso. Assim, os imigrantes “tratados como ‘excedentes’ e como ‘indesejáveis’, enfrentam uma estigmatização na sociedade em que se inserem após longos processos de recepção, regulamentação e enquadramento social” (Silva; Lobo, 2024, p. 77). Além disso, essas avaliações sustentam uma prática discursiva que classifica determinadas nações como ameaças constantes, justificando a tentativa de controle sobre seus cidadãos e reafirmando a posição privilegiada de autoridade global dos EUA.

4.4 A PATRULHA DA FRONTEIRA DOS EUA

Diferentemente dos dois discursos analisados anteriormente, este tem o objetivo de exaltar e celebrar os agentes da Patrulha da Fronteira (USBP), que, de acordo com o texto (The white house, 2025c), servem “corajosamente como guardiões de nossa soberania e protetores de nossa pátria”²⁷ contra os inimigos estrangeiros que buscam destruir o modo de vida americano. Dessa forma, observamos como as diferentes representações dos atores sociais legitimam “maneiras particulares de ação” e os modos de avaliação das identidades (Resende, Ramalho, 2006, p. 69).

De uma maneira preliminar, a USBP é representada por meio de estratégias de valorização moral e heroicização do trabalho policial. Em contra partida, a representação dos imigrantes ilegais que tentam cruzar as fronteiras é completamente oposta, como é possível perceber na tabela:

Tabela 3: Representação dos atores sociais no discurso

Patrulha da fronteira ²⁸	Imigrantes ilegais ²⁹
(a) Guardiões da nossa soberania (b) Agente incríveis da USBP (c) Patriotas	(a) um exército de imigrantes ilegais não verificados [...] criminosos violentos, bandidos, membros de gangues e terroristas.

Fonte: da autora.

²⁷ Original: “have courageously served as guardians of our sovereignty and protectors of our homeland against invasion, aggression, and violence”.

²⁸Trecho original: (a) “have courageously served as guardians of our sovereignty and protectors of our homeland”; (b) “depleting resources and draining the morale of our incredible USBP agents”; (c) “we honor the thousands of patriots who dedicate their careers to defending our borders and upholding the rule of law, even in the face of grave danger and tremendous risk”.

²⁹ Trecho original: “an army of unvetted illegal aliens, including violent criminals, thugs, gang members, and terrorists from the darkest and most dangerous parts of the world”.

Aqui, a USBP é representada de forma altamente positiva, apresentada como um corpo homogêneo composto por agentes incríveis e superiores. As nomeações empregadas formam um enquadramento heróico. Essa representação põe os agentes numa posição de alta estima na sociedade, sempre sendo associados a verbos ligados à proteção, defesa e manutenção da ordem. Assim, a USBP é identificada como uma “linha tênue entre a ordem e o caos”, reforçando essa ideia de agência e protagonismo.

Além disso, a identidade coletiva dos agentes é construída baseada na coragem, no altruísmo e patriotismo. Eles são posicionados como sujeitos que se colocam em riscos imensuráveis em nome da pátria americana. Essa representação e identificação atribui à USBP uma pureza moral e legitimidade inquestionável, auxiliando para justificar a naturalização de práticas autoritárias na fronteira. Essa proclamação apresenta uma grande engrandecimento das ações governamentais atuais, além de focalizar grande parte nas ações políticas impostas pelo presidente:

retomei a construção do muro na fronteira, restabeleci a política “Permanecer no México”, suspendi a prática de “capturar e soltar”, encerrei o asilo para imigrantes ilegais, mobilizei milhares de soldados americanos para defender e proteger nossas fronteiras e implementei a maior operação de deportação da história do nosso país. (The white house, 2025c).

As identidades dos imigrantes, por sua vez, são representadas de forma oposta e assimétrica, por meio de estratégias de coletivização negativa e criminalização. São descritos como um grupo coeso de invasores, é realizada uma fusão entre o “imigrante” e “criminoso”, reforçada pelos termos “criminosos violentos, bandidos, membros de gangues e terroristas”. Além disso, a origem desses sujeitos é associada às “regiões mais obscuras e perigosas do mundo” (The white house, 2025c), mobilizando uma presunção valorativa que deixa implícito a discriminação contra locais considerados uma ameaça inevitável. Do ponto de vista das identificações, portanto, os imigrantes são construídos discursivamente como o “outro”, um grupo extremamente violento e que perturba a ordem nacional contra o “nós”, salvadores e moralmente perfeitos. Essa identidade negativa relegada aos imigrantes é produzida mediante ao apagamento simbólico das individualidades, há, então, apenas o pensamento coletivo destrutivo.

Ademais, nesse texto é também importante considerar as manifestações da ideologia que estão imbricadas no discurso. No texto em questão, é possível perceber o uso da dissimulação, por meio da estratégia que Thompson (1995, p. 84) define como eufemização.

Aqui, ela ocorre nas caracterizações utilizadas para criar identidades para os dois grupos sociais divergentes. Principalmente na descrição fantasiosa dos agentes da USBP, representando-os como um coletivo perfeito, sem falhas.

Sendo assim, o presidente recorre a uma retórica fortemente positivista para exaltar os supostos grandes feitos dos agentes sob sua administração, ao mesmo tempo em que critica de forma contundente a gestão anterior. Dessa maneira, induz a população que irá consumir esse discurso a responsabilizar integralmente os governos precedentes, apresentados como aqueles que teriam, de forma explícita, entregue o país a “imigrantes criminosos”.

Trata-se, portanto, de uma forma de estruturar o discurso por meio da exaltação de um grupo em detrimento da inferiorização de outro. Como afirmam Silva e Lobo (2024, p. 79),

as estratégias utilizadas se baseiam no uso de anedotas comoventes no lugar de evidências científicas, batismo de incidentes isolados como tendências e representações de categorias inteiras de pessoas como perigosas por natureza, como, no caso, os imigrantes. Tais informações manipuladas e bem administradas induzem a opinião pública a perceber a ideia da ameaça como iminente e catastrófica.

Isto é, ao fazer isso a partir de uma posição de alcance global, o presidente se aproveita de sua autoridade para reafirmar sua orientação política e ideológica, de modo que os americanos – não todos, mas aqueles que se enquadram em sua visão do que significa “ser americano” – são apresentados como dignos de defesa contra qualquer grupo dissidente que possa, supostamente, ameaçar essa hegemonia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste trabalho permitiu compreender que a construção de identidades imigrantes no discurso do governo Trump não ocorre de forma pontual, mas sim como um processo contínuo e constante desde seu primeiro mandato. A retórica adotada pelo atual presidente, firmada numa lógica de securitização nacional, estabeleceu fronteiras simbólicas que diferenciam muito bem quem pertence ou não ao povo estadunidense. Essa lógica, construída discursivamente, legitima a agenda de políticas exclucentes e normaliza as ideologias implícitas nas escolhas governamentais, que são sustentadas pela reafirmação e circulação pública desses discursos. Assim, a criação identitária é um fenômeno de extrema importância para os estudos críticos do discurso, considerando que é por meio dos discursos que ocorrem as mudanças sociais.

Ao criar a narrativa da oposição entre os americanos verdadeiros e os imigrantes perigosos, Trump mobiliza mecanismos linguísticos que influenciam a opinião pública e moldam as percepções sociais. Influenciando os cidadãos a aderir às agendas excludentes como uma única maneira de proteger a nação. Esse processo demonstra como a linguagem opera como um instrumento fundamental para a manutenção – ou desestabilização – das relações de poder e na construção de inimigos imaginários que vão justificar certas escolhas políticas.

O percurso teórico desenvolvido ao longo do trabalho buscou lançar luz sobre esses mecanismos, começando pelo fundamento central da pesquisa, o conceito de identidade e construção identitária. Ao discutir como as identidades operam nas sociedades, foi possível apresentar como o discurso político consegue influenciar esse espaço identitário. Em seguida, aprofundou-se na abordagem metodológica da ADC, e o uso das categorias analíticas de Fairclough, que nos possibilitou examinar o modo como cada discurso age na sociedade.

Por fim, a análise dos três discursos selecionados evidenciou como o presidente Donald Trump constrói e representa simbolicamente os imigrantes por meio de estratégias discursivas que os associam à criminalidade, ameaça e desordem. Essa representação ao ser utilizada em momentos distintos e sob diferentes justificativas, reforça uma narrativa que sustenta as políticas excludentes e intensifica a polaridade na sociedade estadunidense. Com isto, demonstrou-se que a construção identitária no discurso presidencial não apenas reflete uma ideologia política, mas desempenha um papel ativo na construção de imaginários sociais e na legitimação de práticas discursivas que impactam diretamente a vida de sujeitos e grupos imigrantes.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BONFIM, Marco Antonio Lima do; ALENCAR, Claudiana. Trajetórias textuais, indexicalidade e recontextualizações de resistência no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, v. 18, 2017. p.27-44.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. Trad. Fabrícia Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- CONTRERA, Flávio; MARIANO, Karina Lilia Pasquariello; MENEZES, Roberto Goulart. Retórica da ameaça e securitização: A política migratória dos Estados Unidos na administração Trump. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 37, n. 108, p. e3710802, 2022.
- CHOULIARAKI, Lilie.; FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse in late modernity. Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press. 1999.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing Discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FERREIRA, Raimundo Ruberval. *Guerra na língua: as representações do “11 de setembro” na mídia e no discurso oficial*. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HALL, S. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Trad. Tomaz. Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- IRINEU, Lucineudo Machado. (org.) et al. *Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave*. Campinas: Pontes Editores, 2020.
- MELO, Iran Ferreira de. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções. *Letra Magna*, v. 5, n. 11, p. 1-18. Disponível em: https://cienciaslinguagem.eca.usp.br/Melo_ADeACD.pdf. Acesso em: 14 out. 2025.
- MEY, Jacob Louis. Etnia, identidade e língua. Tradução de Maria da Glória de Moraes. In: SIGNORINI, Inês (org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 69-88.
- NATIONAL ARCHIVES. *Alien and Sedition Acts (1798)*. Disponível em: <https://www.archives.gov/milestone-documents/alien-and-sedition-acts>. Acesso em: 24 de jun. de 2025.

PINA, Manuel António. *Todas as palavras*: poesia reunida. 3.ed. Porto: Assírio & Alvim, 2013.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Por uma linguística crítica. *Línguas & Letras*, [S. l.], v. 8, n.14, p.13-20, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/900>. Acesso em: 6 mar. 2024.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical?. In: SIGNORINI, Inês (org.). *Língua(gem) e identidade*: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 21-46.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise do Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença*: a perspectiva dos estudos culturais. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.

SAID, Edward W. *Orientalismo*: o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, César Augusto Silva da; LOBO, Isabela Ferreira Carneiro. Fronteiras do medo: a retórica da ameaça como instrumento político contra imigrantes internacionais *Revista Tempo do Mundo*, Brasília, n. 35, p. 73-95, ago. 2024. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/rtm35art3>.

THE WHITE HOUSE. *Invocation of the Alien Enemies Act Regarding the Invasion of The United States by Tren De Aragua*. 2025a. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/03/invocation-of-the-alien-enemies-act-regarding-the-invasion-of-the-united-states-by-tren-de-aragua/>. Acesso em: 24 de jun. de 2025.

THE WHITE HOUSE. *Restricting the Entry of Foreign Nationals to Protect the United States from Foreign Terrorists and Other National Security and Public Safety Threats*. 2025b. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/06/restricting-the-entry-of-foreign-nationals-to-protect-the-united-states-from-foreign-terrorists-and-other-national-security-and-public-safety-threats/>. Acesso em: 19 de nov. de 2025.

THE WHITE HOUSE. *101st Anniversary of the United States Border Patrol*. 2025c. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/05/101st-anniversary-of-the-united-states-border-patrol/>. Acesso em: 20 de nov. de 2025.

THOMPSON, John. *Ideologia e cultura moderna*: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011.

VIEIRA, Josenia Antunes; MACEDO, Denise Silva. Conceitos-chave em análise de discurso crítica. In: BATISTA JR., José Ribamar Lopes; Sato, Denise Tamaê Borges; MELO,

Iran Ferreira de (org.). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. São Paulo: Parábola, 2018. p. 49-77.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso, notícia e ideologia: estudos na análise crítica do discurso*. Porto: Campo das letras, 2005.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.